Consulta Pública ABC+ 2020-2030

Contribuições da *Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura*

Setembro de 2021

A *Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura* é um movimento formado por mais de 300 organizações que representam o agronegócio, sociedade civil, academia e setor financeiro, com o objetivo de articular, propor e facilitar ações para um desenvolvimento econômico pautado no uso sustentável da terra no Brasil, focado em conciliar a produção agropecuária com a conservação ambiental. Para a Coalizão, políticas e instrumentos de fomento à agricultura de baixo carbono são fundamentais para o desenvolvimento do país e para o cumprimento de seu papel para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

As propostas deste documento foram elaboradas pelos membros da Força-Tarefa Finanças Verdes do Fórum de Diálogo Agropecuária e Silvicultura, com o intuito de contribuir a consulta pública aberta pelo MAPA para receber contribuições da sociedade brasileira para o Plano ABC+ 2020-2030, direcionada ao seu Plano Operacional, visando promover o diálogo entre a administração pública e o cidadão, em cumprimento aos Princípios da Legalidade, Moralidade, Eficiência, Publicidade, Transparência e Motivação.

Entendemos que o Plano Operacional do ABC+ pode aprofundar suas metas e estratégias direcionadas para a agricultura familiar, dada a grande demanda dessa população rural por assistência técnica e políticas públicas que contemplem a sua realidade. Também foi apontado, em determinados pontos do documento, a necessidade de adequação ambiental de maneira mais explícita diante do Código Florestal, além de comentários direcionando para que o Plano esteja em conformidade com as políticas de finanças e de novas tecnologias sustentáveis.

A Coalizão está à disposição para aprofundar esse debate e aprimorar políticas estratégicas para o uso sustentável da terra no Brasil.

Veja abaixo o documento completo.

COALIZÃO BRASIL
CLIMA FLORESTAS E AGRICULTURA

Seção 2.3

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.3 Metas do ABC+ (página 43)
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Na pg. 43, item 2.3 Metas do ABC+, incluir após a expressão **portfólio do ABC+, "dentro da concepção de uso eficiente das áreas agrícolas, considerando a abordagem de gestão integrada da paisagem".**
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)

É importante definir com clareza o que significa portfólio do ABC+.
Na página 35, item (b), que trata do conceito de SPSABC há a seguinte frase:
“Embora já constante em sua primeira fase, amplia-se o incentivo à adoção e manutenção de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSABC), dentro da **concepção de uso eficiente de áreas com aptidão para produção agropecuária.**”
Limitar as SPSABC somente para áreas com aptidão pode gerar potenciais problemas, como: i) exigências para a tomada de crédito e/ou o monitoramento da adoção das SPSABC exclusivamente em áreas com aptidão; ii) desincentivo para a recuperação de áreas que hoje não são produtivas em função da degradação; iii) desconsiderar a regularização ambiental em áreas não produtivas dentro do escopo de SPS_{ABC} em linha com a recomposição de vegetação nativa diante do Código Florestal (proposta que será feita adiante para incluir uma nova SPS_{ABC}).
Ademais, é importante prever no portfólio do ABC+, a abordagem integrada da paisagem (AIP), visto que “evidencia a interconectividade e as múltiplas sinergias entre os elementos da paisagem na produção agropecuária” (pg.34), reforçando o enfoque de produção e conservação.
Recomenda-se, dessa forma, ampliar o conceito de SPSABC, que por sua vez integra o Portólio ABC+ para “Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSABC), dentro da concepção de uso eficiente das áreas agrícolas, considerando a abordagem de gestão integrada da paisagem”.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver

2.3. METAS DO ABC+ (pagina 43)
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir no segundo parágrafo da página 43 o trecho em colchete anterior as palavras “adaptação” “sumarizados”: “Para tal, foram definidos para cada SPSABC os respectivos compromissos de ampliação de adoção (em milhões de hectares, milhões de m3 ou milhões de animais), do potencial de mitigação de emissões de GEE (milhões de Mg CO2eq) e as contribuições para adaptação, [distinguindo as metas entre agricultura familiar e não familiar], sumarizados na Tabela 1.”
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Apesar de a Agricultura Familiar ter sido mencionada no Plano ABC 2010-2020, além de suas instituições representativas como colaboradoras da política, os resultados mostram que não houve adesão dos produtores familiares. Na prática, o Plano ABC 2010-2020 não incorporou estratégias específicas, nem metas para uma agricultura familiar de baixa emissão de carbono. Embora a Agricultura Familiar, agricultor ou produtor familiar apareça 25 vezes no Plano Operacional do ABC+ sob consulta pública, não há qualquer meta definida para este grupo de produtores. Apenas algumas ações apresentadas nos 9 eixos estratégicos do ABC+ consideram a Agricultura Familiar. Observa-se que o ABC+ não leva em consideração as particularidades da agricultura familiar, as quais afetam diretamente a execução e alcance dos objetivos. A Agricultura Familiar representa um importante segmento da agropecuária brasileira, presente

em mais de 3,8 milhões de estabelecimentos agropecuários (77% do total), ocupando mais de 80 milhões de hectares (23% da área total), e respondendo por mais de 23% do valor da produção conforme dados do Censo Agropecuário 2017. A agricultura familiar responde, em média, por 22% da quantidade da produção vegetal (lavouras temporárias e permanentes, extração vegetal e horticultura) e por 64% da produção leiteira. A menor participação da agricultura familiar na produção vegetal é na lavoura temporária (excluída a cana-de-açúcar), com 20% (57,6 milhões de toneladas); contudo, ao excluir as principais commodities agrícolas de exportação (algodão herbáceo, milho em grão e soja em grão), a participação da agricultura familiar alcança 42% do volume produzido em toneladas em 2017. No caso da lavoura permanente, a participação da agricultura familiar alcança 26%; da horticultura 59%; da extração vegetal 77%. Os principais produtos das lavouras temporárias e permanentes produzidos pelos agricultores familiares, no que se refere a participação relativa na quantidade física total, foram: malva (fibra), 97%; fumo, 94%; amora, 93%; fava (grão), 84%; uva (vinho ou suco), 79%; açaí, 79%; maracujá, 73%; erva-mate, 69%; entre outros.

A agricultura familiar também foi responsável pela ocupação de 10,1 milhões de pessoas, que representa 67% do pessoal ocupado total em estabelecimentos agropecuários (15,1 milhões); do total nacional 11,1 milhões possuíam laço de parentesco com o produtor, isto é, membro da família, destas 8,5 milhões estavam em estabelecimentos familiares; a agricultura familiar ainda abriga 32% do total de pessoas ocupadas sem laço de parentesco com o produtor. Observa-se que 80% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Brasil possui laços de parentesco com o produtor. Em termos regionais, os agricultores familiares da região Nordeste geram ocupação para 4,7 milhões de pessoas.

Observa-se que a Agricultura Familiar tem um importante papel no setor agropecuário brasileiro, merecendo, portanto, que o ABC+ estabeleça metas específicas para estes produtores, especialmente em razão das duas particularidades. Neste sentido, o quadro abaixo poderia ser usado no PO ABC+.

COALIZÃO BRASIL
CLIMA FLORESTAS E AGRICULTURA

SPS_{ABC}		Ampliação da adoção (milhões de hectares)	
		Não-familiar	Familiar
Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD)		30,00	
Sistema de Plantio Direto (SPD)	Grãos (SPDG)	12,50	
	Hortaliças (SPDH)	0,08	
Sistemas de Integração (SI)	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF)	10,00	
	Sistemas Agroflorestais (SAF)	0,10	
Florestas Plantadas (FP)		4,00	
Bioinsumos (BI)		13,00	
Sistemas Irrigados (SI)		3,00	
SPS_{ABC}		Ampliação da adoção (milhões de m^3 de resíduos tratados)	
		Não-familiar	Familiar
Manejo de Resíduos da Produção Animal (MRPA)		208,40	
SPS_{ABC}		Ampliação da adoção (milhões de animais)	
		Não-familiar	Familiar
Terminação Intensiva (TI)		5,0	

Se o Plano Operacional do ABC+ não incorporar metas e em seus programas, estratégias e ações as especificidades da Agricultura Familiar, provavelmente o resultado será uma baixa adesão da Agricultura Familiar, como já observado no Plano ABC 2010-2020. A Agricultura Familiar, portanto, deveria ser incorporada de maneira integral e transversal no ABC+, com metas específicas e em todos os eixos estratégicos e em suas ações. Contudo, a inclusão integral da Agricultura Familiar ao ABC+ não deve ser baseada em uma abordagem dualista da política pública – agricultura "empresarial" e familiar ou agricultura "empresarial" versus "familiar" –, mas apenas reconhecer a heterogeneidade do setor agropecuário brasileiro, inclusive na agricultura "empresarial". Com isso, o ABC+ pode definir metas, programas e ações mais adequadas à realidade da agropecuária brasileira.

Por fim, as metas para a agricultura familiar e não-familiar podem ser definidas também com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 em termos de áreas e do número de estabelecimentos, além dos critérios específicos do ABC+ (volume de crédito, metas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa etc.).

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver

Item 2.3 - Metas do ABC+ - Tabela 1 - página 44

Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Na Tabela 1 da pg. 44, inserir após a expressão “Compromissos de ampliação ... **considerando como linha de base o ano de 2020 ...** da área de adoção (em milhões de hectares), em volume de dejetos tratados (milhões de m3) ou em número de animais (milhões), do potencial de mitigação de emissões de GEE (milhões de Mg CO2 eq) e as contribuições para adaptação dos SPSABC no âmbito do ABC+.”
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
As metas de expansão das SPSABC são ambiciosas e extremamente relevantes para impulsionar sua adoção e implementação. A mensuração ao longo do tempo, como definido na Estratégia de governança, monitoramento e avaliação, será de fundamental importância para permitir compreender o alcance das SPSABC , orientar ações específicas, aprimorar a política e, naturalmente, captar informações sobre os impactos que o ABC+ trará para a agropecuária brasileira, incluindo a redução de emissões. Dessa forma, e considerando que o Plano ABC teve vigência até 2020, é essencial definir uma linha de base para permitir contabilizar o ABC+ ao longo de sua implementação até 2030.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.3.1 SISTEMAS, PRÁTICAS, PRODUTOS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS (pg 48)
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir último parágrafo na página 48: “É importante ressaltar a necessidade de diferenciação entre agricultura familiar e não familiar no contexto da ações das SPSABC, uma vez que a agricultura familiar é dotada de diversas especificidades e desafios.”
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Independente do conceito que se possa adotar para definir a pequena agricultura, o universo dos pequenos produtores – mesmo aqueles exclusivamente familiares – é muito complexo, diversificado e rico, quer do ponto de vista econômico, social, político, cultural, produtivo, sistemas de produção, tecnológico e em sua capacidade de adoção tecnológica, entre outras. Esse universo inclui produtores muito pobres, quase sem-terra, proprietários de pequenas parcelas de terras com titulação de propriedade frágil e inquilinos e arrendatários cujo acesso à terra é condicionado por diferentes arranjos institucionais sobre a propriedade da terra e direitos de uso e reivindicações, mas também produtores bem estabelecidos.

Os próprios sistemas produtivos e tecnológicos adotados por estes agricultores familiares variam desde os mais primitivos, tais como o uso de queimadas e a agricultura itinerante até sistemas diversificados e intensivos em tecnologia; da agricultura de subsistência para a comercial vinculadas a modernas cadeias produtivas, de mercados isolados para pequenos produtores que produzem alimentos de alta qualidade e produtos não-alimentícios integrados ao mercado nacional e internacional; inclui ainda produtores voltados ao comércio em feiras e intermediários locais ou acordos com a agroindústria (vide caso da suinocultura e da avicultura), que fornecem suporte financeiro e técnico ao agricultor familiar.

Observa-se que o termo “agricultor familiar” acaba escondendo um universo de produtores rurais com inúmeras características próprias, dificultando a eficácia das ações públicas e privadas na promoção do desenvolvimento rural em regiões caracterizadas pela presença desse grupo de produtores. A literatura mostra que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm fracassado por não reconhecer, na devida medida, suas condições reais ou particularidades. Dessa maneira, as políticas públicas devem levar em consideração a heterogeneidade do setor agropecuário brasileiro, inclusive da Agricultura Familiar.

Em 3,16 milhões de estabelecimentos rurais familiares os(as) produtores(as) eram proprietários das terras, representa 81% do total familiar; em 74% a direção dos trabalhos é realizada pelo(a) produtor(a) titular de maneira direta, em 22% a direção é conduzida pelo casal (codireção); 35% dos(as) produtores(as) familiares possuem DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF); em 80% dos estabelecimentos o produtor é homem; 46% eram produtores(as) pardos(as), 43% brancos(as) e 9% pretos(as); em 40% o(a) produtor(a) era associado à cooperativa ou entidade de classe, o que significa que 2,3 milhões não é associado; 18% dos(as) produtores(as) nunca frequentaram a escola, 14% estão em classe de alfabetização, 2% frequentam a alfabetização de jovens e adultos (AJA), 25% tinham o ensino elementar (antigo primário), 19% tinham ensino fundamental, 17% tinham o ensino médio, 1% o ensino técnico e 3% o ensino superior. Observa-se que os(as) produtores(as) familiares que nunca frequentaram a escola, que

estão em classe de alfabetização, alfabetização de jovens e adultos, ensino elementar (antigo primário) e ensino fundamental representam 79% do total.

Os dados da escolaridade dos produtores familiares mostram que ¾ não tinham escolaridade básica e necessária para qualquer cidadão exercer seus direitos, apenas sua experiência como agricultor, imagine para promover a gestão adequada da propriedade em um contexto capitalista e de uso intensivo de capital e tecnologia. Este perfil de escolaridade do produtor familiar é muito preocupante e representa um enorme desafio para a execução de qualquer política pública, inclusive para viabilizar a produção e a adoção dos SPSABC, com a própria execução do Plano ABC+. Em outras palavras, a adesão pelos agricultores familiares aos SPSABC enfrentará inicialmente o desafio do grau de escolaridade, além das dificuldades para atenderem ao requisito do projeto técnico.

Os dados do Censo Agropecuário 2017 revelaram ainda que 53% dos estabelecimentos agropecuários familiares têm áreas menor que 10 hectares (2,05 milhões); a maioria está na região Nordeste, que abriga 1,2 milhões neste grupo de área; os estabelecimentos com área de 10 a menos de 50 hectares representa 35% do total (1,35 milhões), localizada em sua maioria na região Nordeste, seguida pela região Sul. Estes resultados mostram que 87% dos estabelecimentos familiares no Brasil têm área menor que 50 hectares, que em sua maioria está localizada na região Nordeste (49%). Esta estrutura agrária coloca enormes desafios para a preparação e execução de qualquer política pública para o setor agropecuário brasileiro, especialmente quanto à adoção de SPSABC. Neste sentido, o ABC+ deve incorporar em suas ações para incentivar a adesão aos SPSABC os desafios postos pela estrutura agrária brasileira e as características regionais, especialmente da agricultura familiar e quanto à capacidade de acesso e adoção de componentes tecnológicos nos sistemas produtivos familiares.

Um aspecto, especialmente para a execução do ABC+, diz respeito ao acesso ou uso tecnológico pelos agricultores familiares, os quais também são diferenciados entre os agricultores e as regiões brasileiras. Quanto à infraestrutura básica, os dados do Censo

Agropecuário 2017 revelam que 83% dos estabelecimentos familiares tinham acesso à energia elétrica, o que significa que mais de 665,6 mil estabelecimentos familiares não tinham acesso, requisito básico e essencial para qualquer tentativa de incorporar componentes tecnológicos, inclusive para o acesso a informações e para potencializar a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Na região Norte e Nordeste o percentual de acesso à energia elétrica alcança 71% e 79%, respectivamente.

Mesmo nas regiões mais desenvolvidas do país, como nas regiões Sul e Sudeste, não se observa a universalização do acesso à energia elétrica. Para além da energia elétrica, apenas 11% dos estabelecimentos familiares possuem tratores, equipamento necessário para auxiliar e aumentar a produtividade do sistema produtivo, além de oferecer melhores condições de trabalho (qualidade de vida). Isso significa que a maioria dos produtores familiares usa apenas a “força humana” para o desenvolvimento da atividade. Na região Sul o percentual alcança 39%, seguido pela região Sudeste com 17%. É preocupante observar que apenas 1% dos estabelecimentos familiares da região Nordeste possuem tratores. Esta realidade coloca enormes desafios para a adoção das tecnologias do ABC+, especialmente os SPSABC, pelos agricultores familiares.

A adoção de SPSABC passa pelo acesso aos serviços de ATER. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que o percentual de agricultores familiares que declararam receber ATER é muito baixo no país, apenas 18%. A região Sul registra o maior percentual, 49% entre os produtores familiares. Isso reflete as deficiências do sistema de assistência técnica e extensão rural instalado no país, além da falta de investimentos e recursos financeiros. Os dados do Portal da Transparência do Governo Federal, por exemplo, mostram que os gastos com o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (código do Programa Orçamentário 1427) foi de apenas R$ 22,3 milhões em 2014 - último dado disponível no Portal da Transparência. Estudos realizados, com base nos dados do suplemento da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2014 reforçam o baixo acesso à ATER pela agricultura familiar. O reduzido acesso à ATER reflete nas práticas agrícolas adotadas pelos agricultores familiares conforme dados do Censo Agropecuário de 2017: 42% fez uso de adubação; 13% fez aplicação de calcário e outros corretivos de PH do solo; 33% fez uso de agrotóxicos; 55% fez preparo do

solo; 11% fez uso do plantio direto na palha; 10% fez uso de irrigação, além de afetar a produtividade. Observa-se que existe um enorme espaço para avanço dos SPSABC na agricultura familiar.

Outro elemento essencial para incentivar a adoção dos SPSABC é o acesso à informação, o qual é essencial para a adoção de outros componentes tecnológicos aos sistemas produtivos. Contudo, os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que entre os produtores familiares mais de 1 milhão declararam não obter informações técnicas, representando 28% do total familiar. Para aqueles produtores familiares que obtêm informações técnicas, a televisão é a principal fonte de obtenção de informações técnicas para 52% dos agricultores familiares, seguida pelo rádio (31%), reuniões técnicas e seminários (12%) e Internet (9%). Observa-se que a internet é a quarta fonte de obtenção de informações técnicas pelo agricultor familiar. O baixo percentual daqueles que obtêm informações via internet talvez reflita os problemas de conexão na área rural, hoje componente tecnológico essencial para a modernização dos sistemas produtivos e a gestão da propriedade, inclusive para acessar diversos mercados. Neste contexto, as políticas públicas devem adotar estratégias de comunicação diferenciadas, que levem em conta as particularidades da agricultura familiar. Como incentivar a adesão da agricultura familiar ao ABC+, se 28% dos produtores familiares declararam não obter informações? Cabe destacar que a articulação de políticas públicas é essencial para o alcance dos resultados esperados.

Em termos da adoção de práticas de manejo na pecuária bovina, observa-se que 20% dos agricultores familiares não adotam controle de doenças e/ou parasitas, representa quase 780 mil estabelecimentos agropecuários – nas regiões Norte e Nordeste alcança 32% e 24%, respectivamente; 13% não fazem uso de suplementação alimentar (505 mil estabelecimentos agropecuários) – nas regiões Norte e Nordeste este percentual alcança, respectivamente, 18% e 16%.

Para além dos componentes tecnológicos e do acesso à informação e a ATER, o número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento em 2017 foi de apenas 784.538, representando apenas 15% do total; destes, 601.191 eram familiares. Observa-se que não apenas os agricultores familiares apresentam particularidades, mas o setor agropecuário brasileiro como um

todo. A região Nordeste abrigou o maior percentual de estabelecimentos familiares que acessaram o crédito, 39%, seguido pela região Sul (32%). A maior parcela dos produtores familiares usou o crédito para investimento (61%). Este panorama da agricultura familiar reforça que as políticas públicas devem ir além do crédito.

Esta heterogeneidade “deve ser analisada caso a caso para entender as motivações e bloqueios à inovação tecnológica”. As pesquisas mostram que as trajetórias tecnológicas criam oportunidades diferenciadas em função da inserção na cadeia produtiva, localização, escala, forma de organização, gestão, entre outros. Isso porque a agropecuária não é passiva em relação à inovação, conforme reforçam os dados do Censo Agropecuário de 2017. Uma parcela importante dos produtores rurais, inclusive familiares, participa de associações que contribuem para o processo de inovação.

A tendência de queda nas precipitações em várias regiões do país pode afetar de maneira significativa a produção familiar. Assim, a adoção de tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva deve ser prioridade, além de outras tecnologias, tais como cultivares adaptados a altas temperaturas, técnicas de manejo dos recursos hídricos; alterações nas datas de plantio; conservação e uso de sistemas biodiversos ou policultivos. Neste sentido, a estratégia também deve incorporar a integração de tecnologias (além das políticas), por exemplo, o uso de barragens subterrâneas ou cisternas integradas a sistemas de irrigação e a sistemas agroflorestais. A produção consorciada de culturas tradicionais da agricultura familiar, em sistema de rotação e de sucessão e de sistemas de plantio direto, pode contribuir para uma redução dos riscos climáticos e perdas, além de aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais e promover a redução no uso de agroquímicos. O ABC+ deve promover, portanto, a pesquisa de tecnologias em SPSABC e a adoção de estratégias adaptadas às particularidades da agricultura familiar.

Por fim, no Semiárido (que abriga milhares de agricultores familiares), por exemplo, a adoção do sistema de plantio direto é complicada, porque os restos culturais são usados para alimentação animal. A não adoção do sistema plantio direto implica na redução da taxa de infiltração e retenção da água no solo, do teor de matéria orgânica, regulação climática, aumento da

evaporação, entre outros. Desse modo, para aproveitar os benefícios do SPDABC, resolver o problema da alimentação animal é essencial. Essa situação reforça a necessidade de se considerar os benefícios da integração tecnológica adaptada à agricultura familiar nas ações e estratégias do ABC+, levando em conta suas particularidades. A integração também contribui para uma maior resiliência da agricultura familiar frente aos cenários climáticos.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.3.1.2 - Sistema de Plantio Direto (SPD) página 56
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
“Dentre os desafios as serem considerados para o atingimento da meta considerada para SPD, tem-se:” Incentivar a adoção de SPD sob áreas degradadas e de pastagens como forma de fomentar a integração entre culturas e a complementaridade entre diferentes SPSABC.

Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
A recuperação de áreas degradadas e de pastagens degradadas pode ter na adoção de SPD uma ferramenta bastante relevante, dependendo, naturalmente, dos níveis e fatores de degradação. Vale inserir nos desafios para expandir SPD, a criação de incentivos que visem a adoção do sistema como forma de transformar áreas degradadas por meio de uma técnica que permite recuperar o solo, incrementar matéria orgânica e propiciar o melhor aproveitamento de áreas que normalmente possuem baixa produtividade.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.3.1.4 Bioinsumos (BI) – pg 62
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir na página 62, segundo parágrafo, o trecho entre colchetes:

“Incluídos no Plano ABC, por meio do estímulo à Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), no ABC+ continuam sendo objeto de fomento, embora nesta nova fase, além da FBN, serão incluídos outros microrganismos promotores do crescimento de plantas (MPCP) e multifuncionais que atuam para melhoria da fixação e ou disponibilidade de nutrientes [e, também, os microrganismos para controle biológico.]” Após o parágrafo 4 da página 62, incluir o trecho abaixo: “O controle biológico consiste no controle de pragas e doenças das lavouras, a partir do uso de seus inimigos naturais, como insetos, parasitas e microrganismos (bactérias, fungos e vírus). Essa prática permite reduzir o uso de defensivos químicos sintéticos, minimizando impactos ambientais.”
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
A inclusão dos microrganismos para controle biológico aumenta as possibilidades da adoção dos produtores por essa SPS, pois esse tipo de produto já vem sendo bastante estudado nos últimos anos. A Embrapa tem o grupo de pesquisa de Controle Biológico de Pragas, no qual há uma linha de pesquisa sobre uso de defensivos biológicos. Em 2020, o Brasil tinha 376 produtos biológicos registrados, sendo 96% para controle de pragas e doenças. Desses 376, aproximadamente, 60,4% são compostos por microrganismos. Além de já existir um gama de produtos no mercado, nos últimos 5 anos houve um crescimento de mais de 300% no número de produtos disponíveis aos agricultores.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Innovative bio-products for agriculture Microbial biopesticides Current status Next-Generation Bio-Products

Pesticidal natural products Produtos biológicos registrados 2020 - Croplife

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
Item 2.3.1.6 - Florestas Plantadas (FP) página 45 - Florestas Plantadas (FP) e Sistemas Agroflorestais (SAF)
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Na Tabela 1, pg. 45, SPS ABC Floresta Plantada (FP), na coluna ampliação da adoção (milhões de hectares), substituir 4 milhões de hectares por 12 milhões de hectares
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)

Em 2015, o Brasil apresentou sua pretendida contribuição nacionalmente determinada (iNDC em sua sigla em inglês) à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima contemplando a restauração e reflorestamento de 12 milhões de hectares de florestas para usos múltiplos como uma das ações indicadas como base para permitir implementar a meta de reduzir 37% de emissões até 2025 com base nas emissões de 2005. Adicionalmente, a implementação efetiva do Código Florestal também foi incluída no conjunto das estratégias nacionais perante o Acordo de Paris.

Considerando que o Plano ABC e, em decorrência, o ABC+, integram a Política Nacional de Mudança do Clima e representam estratégias da agropecuária brasileira que contribuem com as ações do país no Acordo de Paris, é válido considerar que diante da abordagem integrada da paisagem presente no ABC+, a recomposição de vegetação nativa merece ser incluída como meta na nova fase da política.

A recomposição de 12 milhões de hectares indicada na iNDC está prevista pela Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG), Decreto 8.972/2017, e pelo Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG), Portaria Interministerial nº 230, de 14 de novembro de 2017.

A recuperação de áreas ambientais, conforme definido em legislações específicas, integra o conceito de florestas plantadas do ABC+ (pg. 67). Dessa forma, considerando o enfoque de AIP do ABC+, é válido expandir a meta de florestas plantadas proposta na página 45 para 12 milhões de hectares, alinhada com a proposta de 12 milhões de hectares de florestas para usos múltiplos levada na iNDC do Brasil.

A inclusão de uma submeta específica para a recomposição de vegetação nativa como parte do SPSABC de florestas plantadas é reforçada pelo parágrafo seguinte, citado na pg. 68: “O incremento de FP nas áreas destinadas para conservação e restauração ambiental corroborariam o esforço nacional para a observância das determinações do CF nas propriedades rurais, e para a

implementação dos Programas de Recuperação Ambiental (PRA) assumidos junto a instituições de controle ambiental, principalmente aos órgãos estaduais de meio ambiente, com registro de áreas no Cadastro Ambiental Rural (CAR)."

Outra SPS que integra a recomposição de vegetação nativa são os Sistemas Agroflorestais (SAF), como destacado na pg. 60: "No contexto da AIP, espera-se disseminar o uso do SAF como opção para a restauração de fragmentos florestais, recuperação de áreas de proteção ambiental e de corredores ecológicos, principalmente em pequenas propriedades, agricultores familiares, e comunidades tradicionais, conforme os pressupostos determinados em legislação." Essa visão corrobora a importância de incluir expressamente a recomposição de vegetação nativa decorrente da regularização perante o Código Florestal como meta do ABC+, que integra os SPSABC.

A implementação de projetos de SAF permitem reduzir emissões e favorecem a adaptação do sistema produtivo, gerando co-benefícios ambientais e socioeconômicos relevantes. Dessa forma, é válido integrar na meta de implementar 0,10 milhões de hectares de áreas com SAF (pg. 45) a recomposição de vegetação nativa via SAFs como forma de regularização ambiental.

Dentre as ações propostas para o Programa de estímulo à adoção e manutenção dos SPSABC (quadro página 80 a 87), é válido citar o apoio a projetos de regularização ambiental das propriedades rurais.

Neste sentido, é importante lembrar que já no Plano Safra 2015/2016, o Programa ABC previu o subprograma ABC ambiental, visando estimular a adequação ou regularização das propriedades rurais frente à legislação ambiental. Entre 2015/2016 e 2020/2021, R$ 128 milhões foram tomados de crédito no âmbito do ABC ambiental com a finalidade específica de recompor vegetação nativa diante do Código Florestal. No Plano Safra 2021/2022, a recuperação de RL e APP possui as menores taxas de juros do Plano Safra (5,5% a.a.) no contexto do subprograma ABC Ambiental.

A recomposição de vegetação nativa via FP ou SAF traz, ainda, benefícios relevantes de formação de estoques de carbono no solo considerando as peculiaridades de cada bioma. A possibilidade de capturar a formação de estoques de carbono por meio da recomposição de APP e RL diante do Código Florestal é uma ação importante para o Brasil nos futuros inventários nacionais, o que ressalta ainda mais o papel da integração da recomposição de vegetação nativa no Código Florestal.

A Quarta Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC ressalta o Código Florestal como uma política de mitigação e adaptação que deve ser adotada no conjunto das estratégias nacionais, o que reforça a importância de sua integração explícita via o ABC+, especialmente por sua visão baseada na abordagem integrada da paisagem.

O relatório "Quantificação do potencial de geração de ativos de carbono através de atividades florestais" salienta o potencial de formação de estoques de carbono mediante a recomposição de passivos no Código Florestal, e conclui que: "A restauração de 15,1 Mha de passivo floresta, dos quais 12,8 Mha em reserva legal e 2,3 áreas de preservação permanente, têm o potencial de gerar RMUs que totalizam 2,4 GtCO2e até 2050. Esses valores comprovam a grande importância de alcançar as metas de restauração florestal contidas na NDC e atuar para efetiva implementação do Código Florestal".

Por fim, vale mencionar que o Código Florestal prevê, no Artigo 41, a criação de um "programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais", abrangendo o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono.

Nesse sentido, considerando a relevância do ABC+ lastreado na AIP, prever expressamente a recomposição de vegetação nativa como uma meta que integra os SPSABC pode contribuir para captar recursos, inclusive de financiamento climático para a recomposição, bem como fomentar o mercado de pagamento por serviços ambientais.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Nota Técnica - Regularização ambiental perante o Código Florestal no ABC+ https://www4.unfccc.int/sites/ndcstaging/PublishedDocuments/Brazil%20First/BRAZIL%20iNDC%20english%20FINAL.pdf 4 Inventário Nacional de Emissões e Remoções https://www3.bcb.gov.br/mcr/historico-documento/09021771806f5013?docHistorico=20140728@20140724@09021771806f5013.pdf http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D8972.htm https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/florestas/planaveg_plano_nacional_recuperacao_vegetacao_nativa.pdf Quantificação do potencial de geração de ativos de carbono através de atividades florestais <http://www.lagesa.org/wp-content/uploads/documents/PMR%2020%20Produto%20A2%20-%20Oferta%20potencial%20de%20ativos%20florestais.pdf> http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

Seção 2.5

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5. EIXOS ESTRATÉGICOS DO ABC+
Inclusão ou exclusão

Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir um primeiro parágrafo na pg. 78: “Deve-se ressaltar que, para cada eixo estratégico, é preciso levar em consideração as peculiaridades da agricultura familiar, bem como entender as ações e estratégias de forma direcionada para esse público”.
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Os agricultores familiares representam um grupo social muito complexo, diversificado e rico, quer do ponto de vista produtivo, tecnológico, econômico, social, político, cultural etc. Esse universo inclui produtores muito pobres, quase sem-terra, proprietários de pequenas parcelas de terras com titulação de propriedade frágil e inquilinos e arrendatários cujo acesso à terra é condicionado por diferentes arranjos institucionais sobre a propriedade da terra e direitos de uso e reivindicações, além de produtores bem estabelecidos, dinâmicos e vinculados às modernas cadeias produtivas da agropecuária brasileira. Os próprios sistemas produtivos e tecnológicos adotados por estes agricultores familiares variam desde os mais primitivos, tais como o uso de queimadas e itinerante até sistemas diversificados e intensivos em tecnologia; da agricultura de subsistência para a comercial vinculadas a modernas cadeias produtivas, de mercados isolados para pequenos produtores que produzem alimentos de alta qualidade e produtos não-alimentícios integrados ao mercado nacional e internacional, que inclui ainda produtores voltados ao comércio em feiras e intermediários locais ou acordos com a agroindústria, que fornecem suporte financeiro e técnico ao agricultor familiar. O termo “agricultor familiar” acaba escondendo um universo de produtores rurais com inúmeras características próprias, dificultando a eficácia das ações públicas e privadas na promoção do desenvolvimento rural em regiões caracterizadas pela presença desse

grupo de produtores. A literatura mostra que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm fracassado por não reconhecer, na devida medida, suas condições reais ou particularidades. Dessa maneira, as políticas públicas devem levar em consideração a heterogeneidade do setor agropecuário brasileiro, inclusive da Agricultura Familiar.

Em 3,16 milhões de estabelecimentos rurais familiares os(as) produtores(as) eram proprietários das terras, representa 81% do total familiar; em 74% a direção dos trabalhos é realizada pelo(a) produtor(a) titular de maneira direta, em 22% a direção é conduzida pelo casal (codireção); 35% dos(as) produtores(as) familiares possuem DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF); em 80% dos estabelecimentos o produtor é homem; 46% eram produtores(as) pardos(as), 43% brancos(as) e 9% pretos(as); em 40% o(a) produtor(a) era associado à cooperativa ou entidade de classe, o que significa que 2,3 milhões não é associado (Tabela 8); 18% dos(as) produtores(as) nunca frequentaram a escola, 14% estão em classe de alfabetização, 2% frequentam a alfabetização de jovens e adultos (AJA), 25% tinham o ensino elementar (antigo primário), 19% tinham ensino fundamental, 17% tinham o ensino médio, 1% o ensino técnico e 3% o ensino superior. Observa-se que os(as) produtores(as) familiares que nunca frequentaram a escola, que estão em classe de alfabetização, alfabetização de jovens e adultos, ensino elementar (antigo primário) e ensino fundamental representam 79% do total.

Os dados da escolaridade dos produtores familiares mostram que ¾ não tinham escolaridade básica e necessária para qualquer cidadão exercer seus direitos, apenas sua experiência como agricultor, imagine para promover a gestão adequada da propriedade em um contexto capitalista e de uso intensivo de capital e tecnologia. Este perfil de escolaridade do produtor familiar é muito preocupante e representa um enorme desafio para a execução de qualquer política pública, inclusive para viabilizar a produção, em particular para a execução do Plano ABC+.

Na agricultura familiar, a heterogeneidade envolve disponibilidade de recursos, acesso aos mercados, a capacidade para adoção de tecnologias, geração de renda, entre outros. Neste sentido, a complexidade da agropecuária não está vinculada apenas as

polarizações, frequentemente utilizadas na literatura e no debate político-ideológico, tal como fosse possível reduzi-la ao simples embate de forças entre pequenos e grandes, familiares e não-familiares, ricos e pobres, produção para exportação (*commodities*) *versus* produção de alimentos, entre outras polarizações.

Entre os agricultores familiares existe uma profunda heterogeneidade estrutural, socioeconômica e cultural, que deve respeitar sua abrangência e complexidade. A complexidade e a heterogeneidade encontrada na produção familiar podem ser observadas nos tradicionais indicadores socioeconômicos, desde a distribuição da terra, dimensão das propriedades, acesso à tecnologia ao tipo de uso da terra, produtividade e inserção nos mercados. Desse modo, as políticas públicas devem reconhecer a complexidade e a heterogeneidade dos produtores rurais a fim de aumentar a sua efetividade e alcance.

Os dados do Censo Agropecuário 2017 revelaram que 53% dos estabelecimentos agropecuários familiares têm áreas menor que 10 hectares (2,05 milhões); a maioria está na região Nordeste, que abriga 1,2 milhões neste grupo de área; os estabelecimentos com área de 10 a menos de 50 hectares representa 35% do total (1,35 milhões), localizada em sua maioria na região Nordeste, seguida pela região Sul. Estes resultados mostram que 87% dos estabelecimentos familiares no Brasil têm área menor que 50 hectares, que em sua maioria está localizada na região Nordeste (49%). Esta estrutura agrária coloca enormes desafios para a preparação e execução de qualquer política pública para o setor agropecuário brasileiro. O ABC+ deve incorporar em suas ações os desafios postos pela estrutura agrária brasileira, especialmente da agricultura familiar e quanto ao acesso e adoção de componentes tecnológicos nos sistemas produtivos.

Um aspecto relevante, especialmente para a execução do ABC+, diz respeito ao acesso ou uso tecnológico pelos agricultores familiares, os quais também são diferenciados entre os agricultores e as regiões brasileiras. Quanto à infraestrutura básica, os dados do Censo Agropecuário 2017 revelam que 83% dos estabelecimentos familiares tinham acesso à energia elétrica, o que significa que 665,6 mil não tinham acesso, requisito básico para qualquer tentativa de incorporar componentes tecnológicos, inclusive para o

acesso a informações e para potencializar a ATER. Na região Norte e Nordeste o percentual era de 71% e 79%, respectivamente. Mesmo nas regiões mais desenvolvidas do país, como Sul e Sudeste, não se observa a universalização do acesso à energia elétrica.

Apenas 11% dos estabelecimentos familiares possuem tratores. Isso significa que a maioria dos produtores familiares usa apenas a "força humana" para o desenvolvimento da atividade. Na região Sul o percentual alcança 39%, seguido pelo Sudeste com 17%. É preocupante observar que apenas 1% dos estabelecimentos familiares da região Nordeste possuem tratores. Esta realidade coloca enormes desafios para a adoção das tecnologias do ABC+ pelos agricultores familiares.

Quanto ao acesso aos serviços de orientação técnica, o percentual de agricultores familiares que declararam receber é muito baixo no país, apenas 18%. A região Sul registra o maior percentual, 49%. Isso reflete as deficiências do sistema de assistência técnica instalado no país e a falta de investimentos. Os dados do Portal da Transparência do Governo Federal mostram que os gastos com o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (código do Programa Orçamentário 1427) foi de apenas R$ 22,3 milhões em 2014 - último dado disponível. Estudos realizados com base nos dados do suplemento da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2014 reforçam o baixo acesso à ATER pela agricultura familiar. O reduzido acesso à ATER reflete nas práticas agrícolas adotadas pelos agricultores familiares: 42% fez uso de adubação; 13% fez aplicação de calcário e outros corretivos de PH do solo; 33% fez uso de agrotóxicos; 55% fez preparo do solo; 11% fez uso do plantio direto na palha; 10% fez uso de irrigação, além de afetar a produtividade.

O acesso à informação é essencial para a adoção de componentes tecnológicos aos sistemas produtivos, mas entre os produtores familiares mais de 1 milhão declarou não obter informações técnicas, representando 28% do total familiar. A televisão é a principal fonte de obtenção de informações técnicas para 52% dos agricultores familiares, seguida pelo rádio (31%), reuniões técnicas e seminários (12%) e Internet (9%). Desse modo, as políticas públicas devem adotar estratégias de comunicação diferenciadas, que

levem em conta as particularidades da agricultura familiar. Como incentivar a adesão da agricultura familiar ao ABC+ se 28% dos produtores declarou não obter informações? O baixo percentual daqueles que obtêm informações via internet talvez reflita os problemas de conexão na área rural. Desse modo, a articulação de políticas públicas é essencial para o alcance dos resultados esperados.

O número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento em 2017 foi de 784.538, representando apenas 15% do total; destes, 601.191 eram familiares. Os dados reforçam que as políticas públicas devem ir além do crédito. A região Nordeste abrigou o maior percentual de estabelecimentos familiares que acessaram o crédito, 39%, seguido pela região Sul (32%). A maior parcela dos produtores familiares usou o crédito para investimento (61%).

Em termos da adoção de práticas de manejo na pecuária bovina, observa-se que 20% dos agricultores familiares não adotam controle de doenças e/ou parasitas, representa quase 780 mil estabelecimentos agropecuários – nas regiões Norte e Nordeste alcança 32% e 24%, respectivamente; 13% não fazem uso de suplementação alimentar (505 mil estabelecimentos agropecuários) – nas regiões Norte e Nordeste este percentual alcança, respectivamente, 18% e 16%.

A heterogeneidade “deve ser analisada caso a caso para entender as motivações e bloqueios à inovação tecnológica”. Os autores destacam que as trajetórias tecnológicas criam oportunidades diferenciadas em função da inserção na cadeia produtiva, localização, escala, forma de organização, gestão, entre outros. Isso porque a agropecuária não é passiva em relação à inovação, conforme reforçam os dados do Censo Agropecuário de 2017. Uma parcela importante dos produtores rurais, inclusive familiares, participa de associações que contribuem para o processo de inovação.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5 EIXOS ESTRATÉGICOS DO ABC+ - pag 77
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Verificar no texto a quantidade de programas e estratégias. O texto informa que são 5 programas e 4 estratégias, mas é o inverso que é descrito nos eixos: 4 programas (Programa de Acesso à Crédito e Financiamentos; Programa de Estímulo à Adoção e Manutenção dos SPSABC; Programa de Cooperação Estratégica;Programa de Valoração e Reconhecimento) e 5 estratégias (Estratégia de Assistência Técnica e Gerencial, Capacitação e Transferência de Tecnologia; Estratégia de Comunicação e Sensibilização; Estratégia de Governança, Monitoramento e Avaliação; Estratégia de Inteligência em Gestão de Risco Climático, e; Estratégia de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.1. PROGRAMA DE ESTÍMULO À ADOÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SPSABC – pg 78
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir na ação 1 na pg. 78 entre os termos “brasileiras” e “Ademais”: Apoio aos Grupos Gestores Estaduais (GGE) na atualização e execução dos Planos de Ação Estaduais (PAE). Será fomentada a continuidade ou reativação dos GGE nos estados, no intuito de apoiá-los na elaboração e atualização de seus PAE. Junto aos GGE, deverão ser propostos projetos piloto de reestruturação da governança dos PAE, em cada uma das cinco regiões brasileiras, [que considere também as especificidades da Agricultura Familiar e, portanto, sua representação nos GGE]. Ademais, serão promovidos encontros periódicos para estimular e apoiar os GGE na execução dos seus PAE.
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Em razão das responsabilidades e das particularidades da agricultura familiar e dos efeitos distintos das mudanças climáticas também entre as regiões brasileiras, o ABC+ deveria adotar uma perspectiva regionalizada. Assim, o ABC+ reconheceria a heterogeneidade do setor agropecuário, em especial da agricultura familiar, e as diferenças regionais do Brasil. Essa abordagem pode ampliar o alcance do ABC+ para o desenvolvimento de uma agricultura de baixa emissão de carbono, além de aumentar a efetividade dos recursos aplicados. A região Nordeste abriga o maior percentual de agricultores familiares em situação de fragilidade social e econômica (IBGE, 2017), região que será fortemente afetada pela mudança do clima. Neste sentido, o ABC+ deveria

fomentar que os projetos-piloto considerem as particularidades da agricultura familiar conforme já enfatizado nas sugestões anteriores e discutidas na nota técnica anexa.

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.1. PROGRAMA DE ESTÍMULO À ADOÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SPSABC
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Inclusão na página 82, ação 3 entre atividade 3 e 4 do seguinte trecho: “Promover o uso de calcário e fertilizantes para recuperação de áreas de produção degradadas.”
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
A recuperação de áreas de produção degradadas e/ou com baixa produtividade deve ser incentivada a partir do uso de calcários e fertilizantes, pois são práticas de manejo do solo mais simples, quando comparadas com outras técnicas de recuperação, como a renovação da área da lavoura. Este incentivo permite que o produtor recupere sua área antes de uma degradação de um maior nível, minimizando custos e reduzindo as emissões de GEE. Além disso, a recuperação dessa área produtiva reduz a pressão pelo desmatamento de novas áreas.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Indicar referência

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.2. ESTRATÉGIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GERENCIAL, CAPACITAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA – pg 88
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir na pg. 88 na ação n°1 os trechos em colchetes: “Fortalecimento da assistência técnica e gerencial para apoiar a adoção e manutenção dos SPSABC [em estabelecimentos agropecuários familiares e não-familiares] no território nacional. Propõe-se uma agenda estratégica em âmbito nacional para fortalecer a assistência técnica e gerencial, institucional, pública e privada, já existente, e capacitá-la na promoção da adoção e manutenção dos SPSABC nos diferentes biomas, [que considere também as especificidades da Agricultura Familiar.]
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)

O histórico do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) mostra que apenas o oferecimento de crédito não tem sido suficiente para alterar a realidade da agricultura familiar. Apesar de décadas do apoio oferecido pelo PRONAF, os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam baixo acesso aos financiamentos, com mais de 2,2 milhões de produtores familiares que não possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e mais de 285 mil que nem sabem o que é a DAP. Neste contexto, a mudança estrutural necessária para uma agricultura familiar de baixa emissão de carbono passa pelo acesso aos "conhecimentos técnicos necessários para melhorar" a produção (ver CRUZ et al., 2021 na nota técnica anexa). Neste sentido, a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) assume um papel fundamental no desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável e de baixa emissão de carbono, especialmente para a agricultura familiar, que precisa usar seus recursos com maior eficiência em razão das restrições de área, capital, fator trabalho, tecnológico, entre outros (ver na nota técnica anexa a reflexão sobre a heterogeneidade da agricultura familiar).

A importância da ATER para o desenvolvimento agrícola tem sido destacada há décadas, mas apesar dos avanços, o acesso tem sido muito abaixo do necessário (ver CRUZ et al., 2021; IBGE, 2017; ROCHA JUNIOR et al., 2020 na nota técnica anexa), em especial para a agricultura familiar. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que apenas 18% dos agricultores familiares declararam receber ATER (Tabela 11 na nota técnica anexa). A região Sul registra o maior percentual, 49% entre os produtores familiares. Isso reflete as deficiências do sistema de assistência técnica e extensão rural (ATER) instalado no país, além da falta de investimentos e recursos financeiros. Os dados do Portal da Transparência do Governo Federal, por exemplo, mostram que os gastos com o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (código do Programa Orçamentário 1427) foi de apenas R$ 22,3 milhões em 2014 - último dado disponível no Portal da Transparência.

Além da deficiência no acesso à ATER, existe o desafio da baixa escolaridade dos produtores familiares. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que 18% dos(as) produtores(as) familiares nunca frequentaram a escola, 14% estão em classe de alfabetização, 2% frequentam a alfabetização de jovens e adultos (AJA), 25% tinham o ensino elementar (antigo primário), 19%

tinham ensino fundamental, 17% tinham o ensino médio, 1% o ensino técnico e 3% o ensino superior (Tabela 9 na nota técnica anexa). Observa-se que os(as) produtores(as) familiares que nunca frequentaram a escola, que estão em classe de alfabetização, alfabetização de jovens e adultos, ensino elementar (antigo primário) e ensino fundamental representam 79% do total.

Os dados da escolaridade dos produtores familiares mostram que ¾ não tinham escolaridade básica e necessária para qualquer cidadão exercer seus direitos, apenas sua experiência como agricultor, imagine para promover a gestão adequada da propriedade em um contexto capitalista e de uso intensivo de capital e tecnologia, elementos característicos do ABC+. Este perfil de escolaridade do produtor familiar é muito preocupante e representa um enorme desafio para a execução de qualquer política pública, inclusive para viabilizar a produção e a adoção dos SPSABC, com a própria execução do Plano ABC+. Em outras palavras, a adesão pelos agricultores familiares aos SPSABC enfrentará inicialmente o desafio do grau de escolaridade, além das dificuldades para atenderem ao requisito do projeto técnico e do acesso à ATER. Assim, a reduzida oferta de ATER e a baixa escolaridade dos produtores familiares podem afetar de maneira significativa a adesão aos programas públicos e privados de apoio para uma agricultura de baixa emissão de carbono, como é o caso do ABC+. Sem a documentação mínima, por exemplo, não há adesão aos programas de apoio e muito menos incentivos para o desenvolvimento de uma agricultura familiar de baixa emissão de carbono.
Os resultados do estudo de (ver ROCHA JUNIOR et al., 2020 na nota técnica anexa) mostram que há “forte evidência de que a atuação governamental por meio de programas de assistência técnica e extensão rural à agricultores familiares apresenta retornos econômicos positivos superiores ao gasto realizado”. De acordo com os resultados do estudo realizado por (ver ROCHA JUNIOR et al., 2020 na nota técnica anexa), o aumento total na renda média mensal dos agricultores familiares que tiveram acesso à ATER foi de R$ 177,9 milhões em 2014, superior aos gastos realizados pelo governo federal no Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar no mesmo, informado em R$ 22,3 milhões (ver BRASIL, 2021 na nota técnica anexa). Inclusive esta realidade afeta a viabilidade socioeconômica dos produtores familiares (ver ALVES; ROCHA, 2010; ALVES; SOUZA; ROCHA, 2012; BUAINAIN; GARCIA, 2013b, 2013a na nota técnica anexa).

Estudo realizado por ROCHA JUNIOR et al., 2020 (ver na nota técnica anexa) revelou que o acesso à assistência técnica (ATER) pode aumentar a renda média mensal dos agricultores familiares em até R$ 490,54. Os resultados do estudo de CRUZ et al., 2021 (ver na nota técnica anexa) "mostram que ser chefe do domicílio, residir na área urbana, ter acesso a telefone e à internet no domicílio e ter conhecimento sobre outros programas sociais do governo aumenta a probabilidade de o potencial agricultor familiar receber algum tipo de assistência técnica para a realização do seu trabalho."

O acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) poderia auxiliar na preparação da documentação essencial pelos agricultores familiares e, em particular, do projeto técnico exigido pelo ABC+. Conforme dados do Censo Agropecuário 2017, mais de 2,2 milhões de agricultores familiares não tinham a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) – requisito mínimo para acessar as linhas de crédito do PRONAF, embora esta política tenha quase 30 anos de atuação – e mais de 285 mil agricultores familiares nem sabiam o que é a DAP (ver IBGE, 2017 na nota técnica anexa). Neste contexto, mais importante do que o acesso ao crédito para construir uma Agricultura Familiar de Baixa Emissão de Carbono é promover a universalização do acesso à ATER e aprimorar e diversificar as estratégias e meios de comunicação técnica e geral. O ABC+ deveria priorizar a universalização do acesso aos serviços de ATER para os agricultores familiares, sem perder de vistas suas especificidades conforme destacado nas sugestões anteriores e na nota técnica anexa.

A baixa adesão ao Plano ABC 2010-2020 tem sido influenciada pela falta de informação e baixo acesso aos serviços de ATER na promoção de uma agricultura familiar de baixa emissão de carbono. Neste contexto, as estratégias de comunicação devem ser consideradas como uma atividade estratégica e prioritária para o sucesso de qualquer política, mas ignorada, inclusive no próprio sistema de ATER. A comunicação, em todas as suas dimensões, pode contribuir para uma maior mobilização e sensibilização dos produtores familiares, além de ser usada também como uma fonte para capacidade e assistência técnica. Conforme revelado pelo Censo Agropecuário de 2017, mais de 50% dos produtores familiares usam a televisão como principal fonte para obtenção de informações técnicas, seguido pelo rádio. Dessa maneira, as tecnologias da informação, a televisão e rádio devem ser usadas para amplificar o alcance das informações das políticas públicas, evidentemente para promover a adesão ao ABC+. O ABC+, portanto,

deveria incorporar ações estratégias claras de comunicação técnicas e gerais, mas considerando as particularidades dos agricultores familiares.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.2 ESTRATÉGIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GERENCIAL, CAPACITAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA – pg 88
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
No ítem 3, acrescentar: . Difusão dos SPSABC para técnicos, extensionistas, projetistas, agentes/analistas financeiros**, profissionais do setor privado** e produtores rurais
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
O setor privado é agente fundamental para o sucesso da implementação dos SPSabc e consequente resultados do plano. Estando presente em todos os elos da cadeia, o setor privado é responsável pelo fornecimento dos diferentes insumos ao

produtor, por parte da assistência técnica da produção, parte interessada na compra, processamento e comercialização da produção do campo, portanto, é grande interessado pelo Plano ABC+ e beneficiado pelos resultados a serem obtidos. Há uma diversidade de profissionais oriundos da iniciativa privada que atuam diretamente no campo, estes devem ser lembrados e alcançados para fazer parte da difusão dos SPSabc.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.3 PROGRAMA DE ACESSO À CRÉDITO E FINANCIAMENTOS – pg 93
Inclusão ou exclusão
INCLUSÃO
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)

No item 4 da página 93 incluir os trechos em colchetes no parágrafo copiado abaixo:

"**Acompanhamento e participação na atualização do Manual de Crédito Rural (MCR).** Será estimulada a inserção da obrigatoriedade de realização de boas práticas agropecuárias, e conservacionistas de solo e água, [bem como incentivada a conformidade dos produtores rurais com o Código Florestal], na atualização do MCR, para o financiamento de SPSABC em diferentes linhas de crédito. [Para estarem em rota de conformidade com o Código Florestal, os produtores não devem ter passivos ambientais ou, caso tenham passivos ambientais, devem ter o Programa de Regularização Ambiental (PRA) aprovado pelo órgão competente.]. Também estão previstas ações contínuas de suporte para a ampliação de acesso ao crédito rural para produtores de diferentes tamanhos e em diferentes regiões brasileiras.

Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)

A conformidade com o Código Florestal garante que os produtores preservem áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente e que recomponham a vegetação nativa em suas propriedades. Nesse sentido, dados os objetivos gerais do ABC+ de "(...) promover a adaptação à mudança do clima e o controle das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na agropecuária brasileira" (trecho do sumário executivo do Plano Operacional do ABC+), parece natural alinhar o destino dos recursos de crédito com o Código Florestal.

Adicionalmente, há evidências de que: (i) o crédito rural aumenta a produção e a produtividade na agropecuária e essa intensificação da produção reduz as pressões por desmatamento (Souza, Mourão e Assunção (2021)), e; (ii) políticas que condicionaram o acesso ao crédito rural à conformidade com regras ambientais e à comprovação da legitimidade de títulos ambientais foram eficazes em reduzir o desmatamento e preservar o meio ambiente no Brasil (Assunção et al. (2013).

Portanto, é fundamental que o ABC+ estimule, na atualização do MCR, a inserção, não somente realização de boas práticas agropecuárias, e conservacionistas de solo e água como condicionante para a obtenção de crédito, mas também a conformidade com o Código Florestal.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
https://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2019/06/White_paper_Credito_Codigo_PORT_FINAL_07JUN2019.pdf http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Command_and_Control.pdf https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/os-impactos-do-credito-rural-na-agropecuaria-e-no-uso-da-terra-uma-analise-dos-biomas-brasileiros/

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.3 PROGRAMA DE ACESSO À CRÉDITO E FINANCIAMENTOS – pg 93
Inclusão ou exclusão
INCLUSÃO
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
A proposta pode ser acrescentada ao item "Acompanhamento e participação na atualização do Manual de Crédito Rural (MCR)":

"exigência de compromisso de não desmatar nenhuma área do imóvel para ter acesso a qualquer das linhas do ABC+ "
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Considerando-se o volume de emissões de gases com efeito estufa decorrentes do desmatamento, por conta da liberação de estoques de carbono do solo com cobertura vegetal, se houver desmatamento no imóvel, isso possivelmente anulará, no todo ou em grande parte, a implementação de qualquer das tecnologias (sistemas, práticas, produtos e serviços) financiáveis via programa ABC, reduzindo ou anulando a contribuição do imóvel à mitigação das mudanças climáticas.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver

2.5.3 PROGRAMA DE ACESSO À CRÉDITO E FINANCIAMENTOS – Quadro 3 – pg 95
Inclusão ou exclusão
INCLUSÃO
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
No quadro 3, página 95, segundo parágrafo da segunda coluna, incluir o trecho em colchetes: “Fomentar uma nova modalidade de crédito dentro do PRONAF para o estímulo a adoção e manutenção dos SPS_{ABC} junto à agricultura familiar [e alinhar as linhas de crédito existentes no PRONAF que já tenham objetivos similares aos SPS_{ABC}]”.
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Há interseção entre os objetivos de alguns subprogramas do PRONAF e dos SPS_{ABC}. Um primeiro exemplo é o subprograma PRONAF Agroecologia, que financia investimentos em sistemas de produção agroecológicos, entre os quais sistemas de irrigação e de recuperação da qualidade do solo. Um segundo exemplo, é o subprograma PRONAF Bioeconomia que visa investimentos na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva. Assim, além de fomentar novas modalidades dentro do PRONAF que estimulem a manutenção dos SPS_{ABC}, é importante reunir e alinhar as linhas de crédito já existentes nos subprogramas do PRONAF que possuem objetivos vinculados aos SPS_{ABC}.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Lista de subprogramas do PRONAF encontra-se em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.3 PROGRAMA DE ACESSO A CRÉDITO E FINANCIAMENTOS - Quadro 3
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
INCLUIR: No Quadro 3, página 95, segundo parágrafo da segunda coluna, sugere-se incluir: “Preparar um documento voltado para produtores rurais e assistentes técnicos que oriente sobre o ABC+ e a tomada de crédito do Programa ABC, de acordo com as regras vigentes em cada ano-safra.”
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)

Com intuito de disseminar informações sobre o Programa ABC – Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura, o MAPA poderia disponibilizar um guia ou cartilha sobre o ABC+ e Programa ABC, voltado para produtores rurais e para agentes que atuam com o programa, incluindo agrônomos e técnicos, associações, entidades de extensão e assistência técnica rural, instituições financeiras e outras organizações. Este documento deve esclarecer sobre a elaboração e apresentação dos projetos financiáveis pelo Programa ABC, entre outras linhas de crédito relacionadas ao ABC+.

Considerando que a política agrícola é definida a cada ano-safra, é importante informar ao setor agropecuário as novas regras sobre a tomada de crédito vinculado ao ABC+, considerando também que se prevêem no ABC+ revisões e atualizações das SPSABC e do Manual de Crédito Rural (MCR), conforme o documento em consulta pública.

Como exemplo, o Plano Safra 2021/2022 teve como destaque o aumento dos recursos para financiar tecnologias e práticas sustentáveis na agropecuária, por meio do Programa ABC, o instrumento de crédito do Plano ABC, política pública brasileira para agricultura de baixa emissão de carbono e adaptação às mudanças climáticas. Foram destinados R$ 5,05 bilhões para financiar projetos que contribuem tanto para mitigação quanto para adaptação e resiliência às mudanças do clima, 102% a mais do que na safra anterior.
Além disso, foram ampliados os subprogramas e itens financiáveis: foi incluído o financiamento do manejo sustentável do solo de forma ampla, bem como projetos de energia renovável para uso próprio da fazenda e produção de bioinsumos.

Dessa forma, o MAPA irá contribuir para a divulgação das informações sobre o ABC+ e Programa ABC, bem como sobre a forma de contratação dos recursos, o que pode ser financiado e quais são as condições de financiamento, por exemplo.

Um exemplo é o documento em anexo, publicado pela Agroicone em 09 de setembro de 2021.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Baixar o documento de exemplo em: https://www.agroicone.com.br/wp-content/uploads/2021/09/Guia-sobre-o-Plano-e-Programa-ABC_2021_Agroicone.pdf

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.3 PROGRAMA DE ACESSO A CRÉDITO E FINANCIAMENTOS - Quadro 3 – pg. 95
Inclusão ou exclusão
EXCLUIR E INCLUIR
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Opção EXCLUIR: No Quadro 3, página 96, segundo parágrafo da segunda coluna (segunda atividade descrita na página) sugere-se excluir: “Propor a criação de uma nova modalidade de crédito dentro dos Fundos Constitucionais, como FNO, FNE e FCO, para o estímulo a adoção e manutenção dos SPSABC”. e INCLUIR: No Quadro 3, página 96, segundo parágrafo da segunda coluna (atividade) sugere-se incluir: **“Propor a alocação de recursos dos Fundos Constitucionais no Programa ABC como FCO-ABC, FNO-ABC e FNE-ABC, para o estímulo a adoção e manutenção dos SPSABC, e alinhar as linhas dos Fundos denominadas “verdes” com as SPSABC.”**

Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
As justificativas completas estão no documento em anexo, resumidas a seguir. De acordo com os dados do SICOR, os recursos dos Fundos Constitucionais alocados no crédito rural somaram R$ 22 bilhões na safra 2020/2021. Os fundos possuem importante participação como fonte de recursos no Sistema Nacional de Crédito Rural, especialmente nas regiões Nordeste e Norte, com 37% e 36% do total das fontes de recursos, respectivamente, naquele mesmo ano-safra. No Centro-Oeste, essa participação é de 12%, mas ainda assim é relevante, especialmente para financiar investimentos no setor. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, juntas, possuem 57 milhões de hectares com algum nível de degradação, abrangendo 50% do total de áreas produtivas nessas regiões. **A pecuária precisa de incentivo orientado para intensificação sustentável**: aumento de produtividade, renda e redução de impacto ambiental. No caso da cana-de-açúcar, seria importante incentivar **a adoção de plantio direto como tecnologia de baixa emissão de carbono**, e que pode ser relevante para a região Nordeste. Para todas as regiões, é muito importante incentivar a recuperação de áreas degradadas, como a correção de solos, reforma e recuperação de pastagens, plantio direto, melhoria de infraestrutura da propriedade, questões sanitárias e fitossanitárias, assistência técnica, entre outros. O Programa ABC é voltado ao sistema produtivo da propriedade, financiando todas as necessidades da propriedade rural. **Da forma como os investimentos com recursos dos Fundos Constitucionais financiam a propriedade, não é possível garantir que as melhores práticas sejam adotadas, assim como que a adoção de tecnologia voltada ao aumento de produtividade, resiliência e redução de impacto ambiental sejam implementados nas propriedades.**

Dados do SICOR (Banco Central do Brasil) mostram que 31% de todo o volume de investimento na safra 2020/2021 foi utilizado para aquisição de animais (“bovinos”), sendo que o número de contratos que combinou aquisição de animais com recuperação de pastagens, por exemplo, apresentou participação quase irrelevante em relação ao total em todas as regiões. Investimentos concentrados em bovinos sem combinar com a recuperação e manutenção de pastagens podem piorar o processo de degradação da pastagem. De forma geral nas três regiões de atuação dos fundos, **para cada R$ 1 investido em pastagem, foram investidos R$ 7,60 em aquisição de bovinos via investimentos com fonte de recursos dos Fundos Constitucionais no ano safra 2020/2021**.

Dessa forma, é preciso melhor alocar os recursos principalmente para investimentos, hoje concentrados em aquisição de animais. É **necessário transformar a propriedade com a adoção de tecnologias alinhadas ao ABC+**. Nesse sentido, os recursos dos fundos constitucionais seriam fundamentais para atender esse objetivo, dado que as regiões de atuação são justamente aquelas de fronteira agropecuária e com maior participação de áreas de pastagens degradadas, como está no documento em anexo.

Orientar recursos diretamente para as SPSABC e adequação ambiental das propriedades rurais trará maior impacto do crédito no desenvolvimento e menor risco socioambiental a todo SNCR. Dessa forma, sugere-se **alocar parte dos recursos dos fundos especificamente para o Programa ABC, sendo uma linha de crédito específica para cada região (FCO-ABC, FNO-ABC, FNE-ABC) e alinhar as linhas dos Fundos denominados “verdes” com as SPSABC.**

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Nota Técnica: **Priorizar a alocação de recursos de investimentos dos Fundos Constitucionais no Programa ABC e harmonizar as linhas de crédito “verdes”**

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.3. Programa de Acesso a Crédito e Financiamentos, Quadro 3, página 95
Inclusão ou exclusão
Incluir
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Opção INCLUIR: incluir a seguinte atividade: “Atuar na construção de um guia de diretrizes gerais do ABC+ para a caracterização de empreendimentos agropecuários alinhados às SPSABC de forma a facilitar a orientar a emissão de produtos financeiros privados e de fundos climáticos, além de outros instrumentos”.
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Atualmente diversos guias vem surgindo com o intuito de fornecer diretrizes gerais para a caracterização de empreendimentos verdes/sustentáveis e para desenvolver instrumentos financeiros orientados para tais empreendimentos. O ABC+ possui alta aderência com esses guias, funcionando inclusive como um conjunto de diretrizes básicas para classificação de projetos de baixa emissão de carbono e adaptação às mudanças do clima no âmbito da política de crédito rural. Deste modo, sugere-se desenvolver um “guia” que expanda o escopo do ABC+ para além das finanças públicas, conforme demonstrado na nota técnica em anexo.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Nota Técnica - Finanças verdes para a agropecuária brasileira: contribuições para a consulta pública ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.3. Programa de Acesso a Crédito e Financiamentos, Quadro 3, página 95
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir em atores envolvidos: sindicatos rurais, entidades de classe e cooperativas
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
O acesso a créditos e financiamento foi um gargalo identificado na execução do primeiro decênio do plano, dada sua complexidade e limitação do conhecimento dos agentes envolvidos para o tema. Ainda que o tópico esteja classificado como “programa” e não “estratégia”, é válida a inclusão de agentes externos ao governo, como de sindicatos rurais e cooperativas, que geralmente contam com profissionais do ramo financeiro, visando a expansão e difusão do conhecimento sobre os programas de acesso. A menção de tais agentes nas ações do programa garantirá uma mais expressiva difusão sobre o mesmo e consequente adoção de produtores rurais às linhas de crédito e financiamento

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.3 PROGRAMA DE ACESSO A CRÉDITO E FINANCIAMENTOS - Quadro 3
Inclusão ou exclusão
EXCLUIR E INCLUIR
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Opção EXCLUIR: No Quadro 3, página 96, primeiro parágrafo da segunda coluna (primeira atividade descrita na página) sugere-se excluir a palavra “Propor” e INCLUIR: No Quadro 3, página 96, primeiro parágrafo da segunda coluna (atividade) sugere-se incluir a palavra “Ampliar” **“Ampliar o alinhamento das finalidades e dos itens financiáveis da linha de crédito - Programa ABC, com as outras linhas de crédito como: Pronamp, Moderinfra, Moderagro, Moderfrota, Prodecoop e Inovagro”**
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)

O Plano Safra 2021/2022 apresentou um primeiro alinhamento das finalidades e dos itens financiáveis do Moderagro com o Programa ABC e Inovagro.

A nota técnica em anexo “Incorporar o Moderagro aos Programas ABC, Inovagro e demais linhas de crédito de investimento” foi entregue ao MAPA, Ministério da Economia e Banco Central do Brasil pela Agroicone e pela Coalização Brasil, Clima, Florestas e Agricultura em 10 de março de 2021.

O documento “Plano Safra 2021/2022: análise das propostas apresentadas para o Programa ABC, Moderagro e Inovagro e alterações incorporadas no MCR” mostra as alterações incorporadas no MCR com vigência a partir de 01 de julho de 2021 (especialmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN n° 4.912 de 22 de junho de 2021).

Por isso, sugere-se ampliar esse alinhamento entre as linhas de crédito listadas no documento em consulta pública para o ABC+, considerando que um primeiro alinhamento já foi incorporado no Plano Safra 2021/2022.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Nota Técnica: **Incorporar o MODERAGRO aos Programas ABC, INOVAGRO e demais linhas de crédito de investimento**
Documento: **Plano Safra 2021/2022: análise das propostas apresentadas para o PROGRAMA ABC, MODERAGRO e INOVAGRO e alterações incorporadas no MCR**

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver

2.5.4 ESTRATÉGIA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO – pg100

Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)

Incluir trecho na ação n°2, pg. 101 entre os colchetes:

“Intensificação e ampliação de projetos de pesquisa para o aprimoramento dos SPSABC. Buscando-se avanços nos arranjos tecnológicos regionais e o aprimoramento e/ou desenvolvimento de métodos e técnicas usadas nos SPSABC, deverão ser implementados e intensificados projetos de PD&I sobre: FBN e outros mecanismos envolvidos na nutrição e promoção do crescimento de plantas, e adaptação a estresses abióticos e bióticos, visando o desenvolvimento de novos bioinsumos; práticas e tecnologias para recuperação de áreas degradadas; sistema plantio direto; sistemas de integração; terminação intensiva; manejo de resíduos agropecuários; sistemas irrigados e uso eficiente da água, e; florestas plantadas e espécies nativas e exóticas potenciais para uso madeireiro e não madeireiro. Também se prevê o estabelecimento de rede integrada de pesquisa para o melhoramento de plantas e animais, visando à adaptação à mudança do clima. Ademais, na realização desta ação, estão incluídos também o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicados a estudos e indicadores sobre a eficiência socioeconômica dos novos SPSABC; [realização de estudos para identificação de SPSABC orientadas especificamente para a agricultura familiar]; aprimoramento do uso de modelos agroclimáticos de risco considerando os cenários de mudança do clima; realização de estudos para identificar os desafios e oportunidades de mercado para a comercialização dos produtos oriundos dos SPSABC, e; realizar estudos para identificar e propor protocolos para agregação de valor aos SPSABC via certificação, diferenciação de mercado, rotulagem, pagamentos por serviços [ambientais] e crédito de carbono.”

Incluir trecho na ação n°5, pg. 102 entre colchetes:

“Ampliação e fortalecimento das ações de monitoramento de metas de aumento da resiliência e adaptação [em estabelecimentos agropecuários familiares e não-familiares.] Esta ação visa identificar e/ou desenvolver metodologias e protocolos sistematizados, voltados ao monitoramento da capacidade adaptativa dos SPSABC. Também, apoiar e dar respaldo científico e metodológico à

proposição de modelo de gestão de inteligência climática para agricultura familiar e não-familiar, e estimular a criação de uma rede de pesquisa multidisciplinar para apoio à operacionalização deste modelo.”

Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)

A atividade agropecuária é dependente das condições climáticas, como do volume e frequência das precipitações, da temperatura, da umidade, entre outros[1] (ver ANGELOTTI; GIONGO, 2019; BRASIL, 2015 na nota técnica anexa). A relativa estabilidade climática é fundamental para a produção agropecuária. Contudo, esta estabilidade climática está ameaçada, resultado da degradação dos ecossistemas, especialmente florestais, e das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A instabilidade climática pode afetar significativamente a produção agropecuária brasileira (ver BRASIL, 2015 na nota técnica anexa). Vale destacar que a agropecuária pode contribuir para mitigar parcela das mudanças climáticas (ver AMARAL; CORDEIRO; GALERANI, 2011; BRASIL, 2015; BREVILIERI; DIECKOW, 2015; IPCC, 2021a na nota técnica anexa), além da adoção de medidas para a adaptação.

[1] Ver (BRASIL, 2015) sobre o sistema climático e os componentes atmosféricos.

As conclusões do *Sixth Assessment Report* (*AR6 – Climate Change 2021: The Physical Science Basis*), publicado em 2021 pelo IPCC (*The Intergovernmental Panel on Climate Change*), reforçam a urgência da adoção de medidas para a mitigação e adaptação aos potenciais efeitos das mudanças climáticas. O AR6 destaca, de maneira inequívoca, que o subsistema socioeconômico tem sido responsável pelo aumento da concentração de carbono na atmosfera e, por conseguinte, do aumento das temperaturas médias do solo, oceano e atmosfera em relação ao período pré-industrial; contribuindo para a ocorrência de eventos de climáticos sem precedentes, eventos extremos, como ondas de calor, fortes secas e precipitações, além de ciclones tropicais (ver IPCC, 2021b na nota técnica anexa).

As simulações do “Projeto Brasil 2040: cenários e alternativas de adaptação à mudança do clima” (BRASIL, 2015)[1] indicam que a região centro-oeste do país apresenta as maiores anomalias de temperatura; entre 2011 e 2040, o aumento pode alcançar 2,5° C (ETA/HadGEM2-ES, RCP8.5)[2]. No período de 2071 a 2100, as simulações indicam anomalias acima de 6,5° C para o cenário RCP8.5 em todo o país; para o cenário RCP4.5, a anomalia pode alcançar 4,5° C; as simulações do modelo ETA/MIROC5[3] indicam resultados similares, mas em menor grau, no cenário RCP8.5 a anomalia seria de 4,5° C e para o RCP4.5 2°C. Os resultados das simulações para as anomalias de precipitação, em média anual (%), mostram que o extremo sul do país sofrerá com anomalias positivas, e o restante do país com anomalias negativas. Isso significa que importantes regiões agrícolas do Brasil podem sofrer com clima mais seco e com maior temperatura média.

[1] O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) publicou estudos sobre impactos, vulnerabilidades, adaptação e mitigação das mudanças climáticas (ver PBMC, 2021 na nota técnica anexa).

[2] O ETA/HadGEM2-ES é o modelo climático global preparado pelo *Met Office Hadley Centre* do Reino Unido acoplado ao ETA para uma análise regional (modelo regional). O ETA é executado no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE/MCTI). O cenário RCP8.5 assume que a sociedade não se preocupa de maneira explícita com a mitigação das emissões de GEE, o que poderia resultar em uma forçante radiativa de 8,5 W/m² em 2100 (ver BRASIL, 2015 na nota técnica anexa).

[3] O ETA/MIROC5 é o modelo climático global preparado pela *Japan Agency for Marine-Earth Science and Techonology, Atmosphere and Ocean Research Institute* acoplado ao ETA (ver BRASIL, 2015 na nota técnica anexa).

Os resultados das simulações do referido projeto foram aplicados para diversos setores, como recursos hídricos e agropecuária (ver BRASIL, 2015 na nota técnica anexa). Para os recursos hídricos as simulações mostram maior probabilidade de redução das vazões

para as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste; para a região Sul aumento das vazões; na região Nordeste os resultados apresentam elevada incerteza, variando de aumento a redução nas vazões. Os resultados sugerem grande vulnerabilidade ao clima na região Nordeste. Em resumo, os resultados sinalizam tendência positiva no extremo sul do país, mas com reduções nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste nas vazões.

Para o setor agropecuário[1], as simulações indicam sem a incorporação dos efeitos das mudanças climáticas, crescimento da produção de grãos e de oleaginosas, da ordem de 132%; substituição de 14 milhões de hectares das áreas de pastagens por lavouras e florestas plantadas; além da incorporação de 7,7 milhões de hectares até 2040 em relação a 2010, em sua maioria no Bioma Cerrado. A incorporação das mudanças climáticas nas simulações indicam aumento do risco climático para quase todas as culturas, redução do potencial produtivo e impactos relevantes na soja, incluindo a possibilidade de que regiões não possam realizar o seu cultivo. As simulações regionais indicam queda significativa da produção de soja nas regiões Sul (até -61,7%) e Sudeste (até -66,3%) e moderada na região Centro-Oeste (até -14,5%); milho safrinha quedas de 13,4% no Nordeste até 69,8% no Sudeste. Em resumo, as simulações indicam tendência de queda nas áreas de cultivo em todas as regiões e para quase todas as culturas, com aumento do risco climático. Estes resultados reforçam a importância da adoção de medidas de adaptação pelos agricultores brasileiros, em especial para a agricultura familiar, mas suscetível às mudanças do clima em razão de suas particularidades.

[1] As simulações consideram a soja, milho, feijão, arroz, algodão, trigo e cana-de-açúcar, além da pecuária bovina e dos produtores processados (óleo e farelo de soja, açúcar e etanol, carnes bovina, suína e de frango e leite) (ver BRASIL, 2015 na nota técnica anexa).

As mudanças climáticas podem afetar a produção das tradicionais culturas da agricultura familiar, além de comprometer a segurança alimentar. A mandioca, mesmo tolerante a altas temperaturas, pode ser afetada pela redução da umidade do solo; o feijão pode sofrer com o abortamento das flores em razão do aumento da temperatura, além da irregularidade das precipitações; o desempenho

da pecuária de corte e leiteira pode ser afetado pelo aumento da temperatura e pela redução das precipitações, as quais podem gerar maior desconforto aos animais, além da diminuição na produtividade das pastagens; aumento na ocorrência de doenças e pragas (ver ANGELOTTI; GIONGO, 2019 na nota técnica anexa). No caso específico da região Nordeste, as mudanças climáticas podem acelerar a desertificação de várias áreas do Semiárido (ver ANGELOTTI; GIONGO, 2019; BRASIL, 2015 na nota técnica anexa).

Aliado aos cenários climáticos e de impactos apresentados acima tem-se a extrema fragilidade dos agricultores familiares, conforme já destacado nas sugestões anteriores. Este contexto revela a forte vulnerabilidade dos agricultores familiares aos potenciais efeitos e impactos das mudanças climáticas, embora diferenciados por região brasileira. No caso dos agricultores familiares as ações de adaptação à mudança do clima são essenciais. A agricultura familiar, especialmente a localizada na região nordeste, pode ser muito afetada pelos potenciais efeitos das mudanças climáticas. Neste sentido, os incentivos às pesquisas, desenvolvimento e inovação do ABC+ devem incorporar as particularidades dos agricultores familiares. O ABC+ também deveria incorporar a abordagem baseada em ecossistemas e em serviços ecossistêmicos.

A importância da inovação para o desempenho, desenvolvimento e na viabilidade socioeconômica da agricultura está consolidado na literatura (ver BUAINAIN, 2007; GASQUES; BASTOS; BACCHI, 2008; VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017 na nota técnica anexa). Apesar disso, milhões de agricultores, em particular familiares, ainda não adotam tecnologias consolidadas. Segundo (ver BUAINAIN; SILVEIRA; SOUZA FILHO, 2002; SOUZA FILHO et al., 2011 na nota técnica anexa), a dificuldade na adoção de inovações tecnológicas pela agricultura familiar passa pela carência de recursos financeiros e a baixa capitalização. Apesar disso, estas restrições não são suficientes para explicar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em suas trajetórias tecnológicas (ver SOUZA FILHO et al., 2011 na nota técnica anexa); outros fatores, tais como tamanho da propriedade, capital humano, propriedade da terra e oferta de crédito influenciam na adoção tecnológica.

Neste contexto, identificar e entender os fatores que influenciam nas trajetórias tecnológicas dos produtores, especialmente os familiares, é essencial para o desenho e o sucesso das políticas públicas. Segundo (ver SOUZA FILHO et al., 2011 na nota técnica anexa), os fatores que influenciam na adoção tecnológica na agricultura incluem: condições socioeconômicas e características do produtor, da produção, da propriedade rural e da tecnologia, além de fatores sistêmicos. Segundo os autores, o controle destes fatores também não garante sucesso para as políticas públicas, como é o caso do Plano ABC e do ABC+, programas que incentivam a adoção tecnológica, preferencialmente via crédito. Para isso, as políticas devem ser flexíveis e adaptáveis às especificidades dos agricultores.

Em relação aos fatores socioeconômicos, o capital humano, que inclui elementos como a educação, experiência, competências e habilidades, tem um importante papel na adoção de tecnologias (ver SOUZA FILHO et al., 2011 na nota técnica anexa). Neste aspecto, a literatura mostra que a escolaridade e a experiência dos produtores são essenciais na tomada de decisão para adotar ou não novas tecnologias (ver SOUZA FILHO et al., 2011 na nota técnica anexa). A capacidade de obter e analisar informações, além de métodos de gestão podem influenciar na adoção de novas tecnologias, ou mesmo na adesão às políticas públicas. Isso porque, “a informação desempenha importante papel no processo de distinção entre as oportunidades potencialmente valiosas de outras de valor inferior e na capacidade de explorá-las efetivamente” (ver SOUZA FILHO et al., 2011 na nota técnica anexa). O Censo Agropecuário 2017 mostra que parcela expressiva dos agricultores familiares não têm acesso à informação, aliado ao baixo grau de escolaridade, oferecem importantes desafios para a realização e o sucesso das políticas, especialmente para uma agricultura de baixa emissão de carbono. Se o produtor não consegue adotar tecnologias baseadas no critério econômico, como incentivar a adoção com base no critério ambiental? Como o produtor vai preparar o projeto técnico exigido pelo ABC+?

Vale reforçar que a heterogeneidade da agricultura brasileira, particularmente da agricultura familiar, "deve ser analisada caso a caso para entender as motivações e bloqueios à inovação tecnológica” (ver SOUZA FILHO et al., 2011 na nota técnica anexa). Os autores

destacam que as trajetórias tecnológicas criam oportunidades diferenciadas em função da inserção na cadeia produtiva, localização, escala, forma de organização, gestão, entre outros. Isso porque a agropecuária não é passiva em relação à inovação, conforme reforçam os dados do Censo Agropecuário de 2017 e as justificativas apresentadas nas sugestões anteriores.

Uma parcela dos produtores rurais, inclusive familiares, participa de associações que contribuem para o processo de inovação. No caso da agricultura familiar é interessante incluir a possibilidade de projetos técnicos coletivos no âmbito do ABC+. Com isso, a agricultura familiar poderia ganhar escala para viabilizar determinadas tecnologias, ainda restritas a sua adoção em grandes escala. O ABC+ deveria incluir ações para incentivar a adoção de tecnologias para a melhoria da escolaridade, dos serviços de ATER, criação de redes sociais, canais de comunicação e de informações. O ABC+ também deveria considerar em suas estratégias os produtores como agentes propagadores da nova tecnologia para outros produtores.

Em termos da adaptação às mudanças climáticas, o estudo (BRASIL, 2015) sugere a adoção das seguintes medidas:

- Sistemas irrigados: adoção de tecnologias existentes, o desenvolvimento de novas e a adaptação para conservação do solo e da água (redução da erosão e evaporação e aumento da taxa de infiltração da água no solo). É preciso integrar as políticas agrícolas (como o ABC+ e de ATER) a gestão integrada de bacias hidrográficas;
- Melhoramento genético: incentivar o desenvolvimento de cultivares resistentes ou adaptados às restrições hídricas, ao aumento das temperaturas médias, pragas e doenças;
- Sistemas integrados (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – iLPF e Sistema Agroflorestal – SAF): promover a diversificação do uso e cobertura da terra com a adoção de sistemas integrados, os quais podem contribuir com a recuperação e provisão de importantes serviços ecossistêmicos, tais como o controle de erosão e de cheias, aumento do estoque de carbono e biodiversidade do solo, entre outros, além da recuperação de áreas agrícolas degradadas;

- Infraestrutura: a mudança da geografia agropecuária em razão das mudanças do clima afetará a infraestrutura logística, exigindo importantes investimentos nas regiões com potencial de aumento da produção.

A transição para uma Agricultura Familiar e não-familiar de baixa emissão de carbono também exige a adoção de princípios da Agroecologia, como manejo ecológico dos solos, diversificação dos sistemas produtivos, uso mínimo de agrotóxicos e fertilizantes químicos (a maior parcela dos agroquímicos usados pela agropecuária brasileira é importada, corresponde, portanto, a uma importante fonte de emissões de GEE, além dos impactos ambientais e sociais decorrente de seu uso), controle biológico, entre outros. Para isso, incentivos à pesquisa, desenvolvimento e inovação, baseados nos princípios da Agroecologia, são essenciais para uma Agricultura Familiar e Não-familiar de baixa emissão de carbono. Desse modo, o ABC+ deveria buscar articulações com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto nº 7.794/2012) (ver BRASIL, 2012 na nota técnica anexa). A abordagem baseada em serviços ecossistêmicos pode aportar importantes contribuições para uma Agricultura Familiar e Não-familiar de baixa emissão de carbono.

O fortalecimento da agricultura familiar, no contexto das mudanças climáticas, exige o desenvolvimento de políticas que não visem apenas à questão tecnológica, crédito e a produtividade, mas também medidas para fortalecer as ações e políticas associadas à segurança alimentar e nutricional (ver ANGELOTTI; GIONGO, 2019 na nota técnica anexa). Nesta perspectiva, os autores destacam a integração da política de preços mínimos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que faz aquisições da Agricultura Familiar a preços de mercado; o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). Este tipo de ação contribui para aumentar a resiliência da Agricultura Familiar.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Nota Técnica - Agricultura Familiar no contexto do ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.4 ESTRATÉGIA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO – página 102
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
No item 7, é possível detalhar mais afundo de quais maneiras os incentivos à captação de recursos podem ser executados, de que maneira as parcerias podem ser estabelecidas, de modo a facilitar o caminho para o interesse e a adesão de atores a serem envolvidos
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
É válido mencionar que muitos potenciais atores para o financiamento de pesquisas voltadas para os SPS desconhecem o fluxo de operações do ministério e de seus programas. A menção sobre acordos de cooperação técnica, secretarias e agentes públicos envolvidos e os requisitos relacionados para a criação de fundos e financiamento conjuntos pode facilitar a compreensão e instigar a motivação de tais atores em potencial. Os atores envolvidos (bancos, associações empresariais, entidades de classe e iniciativa privada, entre outros) também podem ser citados no Quadro 4, quando relevantes, visando facilitar a visualização destes sobre seu papel na promoção da Estratégia de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, no âmbito do ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.5 ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO – pg.105
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir trechos na ações n°2 na pg. 106 entre colchetes “Operacionalização da Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de GEE na Agropecuária (Plataforma ABC), para efetivação do acompanhamento das emissões de GEE resultantes da adoção dos SPSABC. As ações de monitoramento da Plataforma ABC terão a participação ativa da Embrapa, com representação de todas as unidades descentralizadas (UD). As informações advindas da Plataforma ABC permitirão monitorar a adoção em áreas dos SPSABC e suas respectivas contribuições em mitigação de GEE e para o aumento da resiliência. Cabe ainda à Plataforma ABC a aplicação de mecanismos de MRV, para o monitoramento operacional e sistematizado do estoque de carbono no solo, e a realização do zoneamento de áreas homogêneas para definição de áreas/propriedades rurais [familiares e não-familiares] representativas para o monitoramento das mudanças nos estoques de carbono. A Plataforma ABC também disponibilizará planilhas eletrônicas e aplicativos para que os produtores rurais [familiares e não-familiares] possam realizar seus balanços energéticos e de GEE, com base em métodos aprovados pelo SINABC. Busca-se também, neste eixo, coordenar os esforços das várias instituições comprometidas em aplicar parâmetros e metodologias de avaliação e métricas da dinâmica dos GEE válidas para o setor agropecuário brasileiro; elaborar um programa de acompanhamento e monitoramento de pastagens nos biomas brasileiros, [levando em consideração também as particularidades da

Agricultura Familiar]; treinar extensionistas, consultores e técnicos da iniciativa privada na utilização de metodologia e ferramentas de monitoramento da adoção dos SPSABC (AgroTag, GHG, SatVeg, WebAmbiente, Carbscan e outros), que adaptados também as especificidades dos agricultores familiares.
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
A inclusão de metas específicas para a Agricultura Familiar no ABC+ exigirá adequações nas estratégias de governança, monitoramento e avaliação. A governança, monitoramento e avaliação deve incluir as instituições de representação e de associação dos agricultores familiares, que podem ser importantes parceiros na execução do ABC+. A inclusão explícita e específica da Agricultura Familiar nas ações e estratégias do ABC+ contribuirá para a construção de um banco de dados com informações organizadas conforme agricultores familiares e não-familiares, facilitando o monitoramento e a avaliação. O ABC+ deveria promover a construção de um banco de projetos técnicos, evidentemente prezando pelo sigilo dos produtores. Este banco de projetos poderia ser usado para aprimorar os mecanismos de governança, monitoramento e avaliação, além de disponibilizar informações técnicas mais qualificadas para a preparação de projetos técnicos pelos agricultores familiares. Por fim, a governança do ABC+ deveria incluir o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como parceiro para realização do monitoramento e avaliação a partir da inclusão de questões associadas à adesão ao ABC+ e à agricultura de baixa emissão de carbono nas diferentes pesquisas realizadas pelo IBGE.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Nota Técnica - Agricultura Familiar no contexto do ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.5 ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - QUADRO 5 – pag 108
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir na atividade 3 no Quadro 5 referente à ação n°1 o trecho entre colchetes: “Propor metodologia de monitoramento das ações de fomento do ABC+ em nível estadual e nacional, ao SINABC [orientada às especificidades da agricultura familiar e não familiar.]” Incluir na atividade 1 no Quadro 5 referente à ação n°6 o trecho entre colchetes: “Avaliar anualmente o cumprimento das metas e compromissos estabelecidos no ABC+ [distinguindo entre agricultura familiar e não familiar].”
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
A inclusão de metas específicas para a agricultura familiar exige que sejam incorporadas metodologias de monitoramento orientadas para este grupo de agricultores, inclusive para avaliar o cumprimento das metas e compromissos estabelecidos no ABC+ para a agricultura familiar. Conforme ressaltado nas sugestões anteriores, a agricultura familiar é heterogênea e apresenta diversas fragilidades que podem afetar o alcance das metas de uma agricultura familiar de baixa emissão de carbono.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Nota Técnica - Agricultura Familiar no contexto do ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.5 ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - QUADRO 5 – pg 108
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Na ação “Consolidação, sistematização e avaliação dos resultados de execução do ABC+ via Sistema Integrado de Informação do Plano ABC (SINABC)”, inserir uma nova atividade: “Com base na avaliação do CAR e evolução do processo de regularização, contabilizar os estoques de carbono em APP e RL, e a formação de estoques em função da recomposição de passivos, e integrar esses dados no Inventário Nacional e relatório periódico do ABC+ sobre o alcance das metas”.
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)

A ação “Consolidação, sistematização e avaliação dos resultados de execução do ABC+ via Sistema Integrado de Informação do Plano ABC (SINABC)” propõe várias atividades visando monitorar, reportar e verificar o alcance das SPSABC. Com a inclusão explícita da recomposição de vegetação nativa perante o Código Florestal como parte integrante da meta de florestas plantadas, e considerando a importância de capturar os estoques de carbono existentes em APP (áreas de preservação permanente) e RL (reserva legal), bem como em formação decorrente da recomposição, é essencial inserir uma atividade específica voltada para esse objetivo.

Vale notar que a possibilidade de ter dados precisos sobre estoques de carbono e a formação de estoques em função do Código Florestal, integrar esses dados nos Inventários Nacionais, comunicar de maneira precisa os ativos de carbono em APP e RL, são aspectos que podem fortalecer imensamente o ABC+ como política, e a agropecuária brasileira. Estas informações podem ser usadas para subsidiar a adoção de programas de pagamento por serviços ambientais, inclusive promovendo uma redução dos custos de transação envolvidos.

Vale notar que o item 2 desta estratégia cita a Plataforma WebAmbiente da Embrapa como ferramenta de suporte ao monitoramento dessa ação.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver

2.5.5 ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - Quadro 5 página 111
Inclusão ou exclusão
INCLUIR
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
INCLUIR na ação 3 do Quadro 5 (coluna 1, página 111) após a palavra (SICOR), o trecho abaixo: “e com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM” Redação sugerida entre colchetes: “Aperfeiçoamento da interação com o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) [e com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM], para monitoramento da adoção de SPSABC”.
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Diante da crescente oferta e demanda por instrumentos financeiros lastreados em atributos socioambientais e, partindo da sugestão previamente colocada de se desenvolver um “guia de diretrizes básicas para o ABC+” que sirva de base para o mercado de finanças verdes, sugere-se incluir a Comissão de Valores Mobiliários - CVM na estratégia de governança, monitoramento e avaliação. Considerando que o ABC+ será implementado com incentivos provenientes de diversas fontes, para além da política agrícola de crédito rural e de seguro rural, é necessário monitorar e avaliar a implementação das SPSABC e demais ações do ABC+ por meio dos respectivos instrumentos privados. Dessa forma, faz-se necessário incluir a CVM tanto na estratégia de governança do ABC+ quanto participar da estratégia de monitoramento e avaliação, sob coordenação do MAPA.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Nota Técnica - Finanças verdes para a agropecuária brasileira: contribuições para a consulta pública ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.5 ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - Quadro 5 página 112
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
INCLUIR uma atividade adicional no Quadro 5 (coluna 2, linha 2, página 112): “Elaborar em parceria com a CVM uma estratégia de monitoramento e avaliação dos títulos e valores mobiliários privados transacionados no mercado de capitais relacionados ao ABC+”
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)

Diante da crescente oferta e demanda por instrumentos financeiros lastreados em atributos socioambientais e, partindo da sugestão previamente colocada de se desenvolver um “guia de diretrizes básicas para o ABC+” que sirva de base para o mercado de finanças verdes, sugere-se incluir a Comissão de Valores Mobiliários - CVM na estratégia de governança, monitoramento e avaliação. Considerando que o ABC+ será implementado com incentivos provenientes de diversas fontes, para além da política agrícola de crédito rural e de seguro rural, é necessário monitorar e avaliar a implementação das SPSABC e demais ações do ABC+ por meio dos respectivos instrumentos privados. Dessa forma, faz-se necessário incluir a CVM tanto na estratégia de governança do ABC+ quanto participar da estratégia de monitoramento e avaliação, sob coordenação do MAPA.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Nota Técnica - Finanças verdes para a agropecuária brasileira: contribuições para a consulta pública ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.5 ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - Quadro 5 página 112
Inclusão ou exclusão

Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
No Quadro 5, na “Ação Operacionalização da Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de GEE na Agropecuária (Plataforma ABC) para efetivação do MRV e acompanhamento das emissões de GEE frente à adoção dos SPSABC do ABC+” inserir a seguinte atividade: “Desenvolver protocolos que permitam que SPSABC que comprovadamente gerem reduções de emissões certificadas, com integridade ambiental, possam ser elegíveis para o mercado de carbono regulado e/ou voluntário.” Ponto focal: Embrapa/SDI-MAPA.
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
O pilar de mitigação do ABC+ é extremamente relevante diante da possibilidade de gerar vários benefícios para a agropecuária, como aumento de produtividade, melhoria de manejo, adaptação e ainda reduzir emissões de GEE. Como estratégia da agropecuária brasileira diante do Acordo de Paris, é estratégico aprofundar a possibilidade de que SPSABC que efetivamente reduzam emissões possam gerar créditos de carbono. Ainda é incerto compreender como será o mercado regulado de carbono no âmbito do Artigo 6, ou de um futuro mercado de carbono no Brasil, e ainda do mercado voluntário. No entanto, diante do objetivo constante de aumentar a ambição das NDC, bem como da adoção de metas de neutralidade de países e de empresas, a potencial demanda por créditos de carbono deve aumentar muito e, nesse cenário, possíveis créditos de carbono com base em SPSABC podem gerar benefícios para quem as adota.

Nos Estados Unidos, o Growing Climate Solutions Act é um projeto de lei que visa criar mecanismos de aprovação de metodologias e geração de créditos de carbono para práticas agrícolas no âmbito do United States Department of Agriculture. Nessa linha, é estratégico que o ABC+ defina uma ação voltada para avaliar, pensar e definir, caso pertinente, um mecanismo que permita a geração de créditos de carbono pelos SPSABC
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
https://www.congress.gov/bill/117th-congress/senate-bill/1251

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.6 PROGRAMA DE VALORAÇÃO E RECONHECIMENTO – pg 117
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)

Incluir na ação n°2 pg 117 o trecho em colchetes: “Apoiar o desenvolvimento e incentivar o uso de mecanismos para reconhecimento e valorização de propriedades, [produtores familiares e não-familiares], organizações e produtos oriundos de SPSABC. Uma vez feita a identificação dos critérios e mecanismos mais apropriados, o apoio ao desenvolvimento e incentivo de mecanismos mais eficientes de reconhecimento e valorização poderão ser implementados com maior sucesso, [tais como selos, certificados ou outros instrumentos de comunicação da adoção da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.]
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
A inclusão da agricultura familiar de maneira mais efetiva no ABC+, e em razão das particularidades já destacadas nos comentários anteriores, a adoção de mecanismos mais apropriados para o desenvolvimento de incentivos, reconhecimento e valorização dos produtores que adotaram a agricultura de baixa emissão de carbono é essencial, especialmente para ampliar a adesão dos agricultores familiares e a mobilização e sensibilização da sociedade para apoiar as iniciativas do ABC+.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Nota Técnica - Agricultura Familiar no contexto do ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver

2.5.6 Programa de Valoração e Reconhecimento, Quadro 6 página 118
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Opção INCLUIR: “Apoiar a diferenciação de produtores que adotam as SPSABC para além da política agrícola. Para tal, se faz necessário a construção de um guia de diretrizes gerais que caracteriza um empreendimento como sustentável alinhado aos preceitos do ABC+”.
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Primeiramente se faz necessário a diferenciação entre produtores que adotam SPSABC e aqueles que não adotam. Uma das alternativas mais simples é diferenciar os produtores beneficiários do Programa ABC daqueles que não são. Todavia, essa diferenciação se resume somente à política agrícola de crédito rural subvencionado. O que se sugere é que, a partir de um Guia de diretrizes gerais do ABC+ capaz de orientar a caracterização de empreendimentos verdes e, assim, a emissão de instrumentos financeiros por parte do mercado privado, seria possível a diferenciação de produtores que adotam SPSABC mas que não estejam apenas sob a égide do Programa ABC e da política agrícola apenas, mas sim, enquanto empreendimento verde reconhecido pela política ABC+, uma vez que segue as diretrizes básicas de taxonomias, critérios de elegibilidade, monitoramento e avaliação e reporte de resultados. O desenvolvimento de um “guia de diretrizes gerais do ABC+” foi colocado como sugestão para o eixo “Programa de Acesso a Crédito e Financiamentos” anteriormente.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Nota Técnica - Finanças verdes para a agropecuária brasileira: contribuições para a consulta pública ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.6 PROGRAMA DE VALORAÇÃO E RECONHECIMENTO – quadro 6 – página 118
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir no Quadro 6, ação “Viabilização de mecanismos que possibilitem o reconhecimento e valorização dos produtores, produtos e propriedades que utilizam os SPSABC”, incluir a seguinte atividade: “Desenvolver junto ao mecanismo de reconhecimento e valorização a produtores rurais que possuem SPSABC, uma forma de proposição de projetos que contemplem a adoção de 2 ou mais SPSABC visando estimular o financiamento verde tendo o ABC+ como um guia de referência”
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)

Em linha com o objetivo de estimular a criação de novos mecanismos de financiamento via economia verde do Programa de Acesso a Créditos e Financiamento, o Programa de Valorização e Reconhecimento pode fomentar o desenvolvimento de projetos que contemplem diferentes SPSABC, conforme destacado nas sugestões anteriores a importância da integração tecnológica, com vistas a facilitar o financiamento tendo as SPSABC como critérios verdes. A possibilidade de fomentar financiamento por meio de títulos verdes, blended finance, a criação de fundos que permitam expandir as SPSABC é um desejo dos produtores considerando que a diversificação dos meios de implementação das SPSABC tende a gerar vários benefícios e potencializar o alcance do ABC+. O Sustainable Agriculture Finance Facility é um exemplo de financiamento sustentável voltado para promover SPSABC que pode, tendo o ABC+ como um guia, ser replicado visando expandir a adoção das SPSABC dentre inúmeros outros benefícios decorrentes.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
https://www.climatefinancelab.org/project/sustainable-agriculture-finance-facility/

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.7. Estratégia de inteligência em gestão de riscos climáticos
Inclusão ou exclusão

INCLUSÃO
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
INCLUIR atividade no Quadro 7, referente à ação n°2, pg. 122: “Avaliar o potencial das SPSABC no que diz respeito à mitigação dos riscos climáticos bem como o uso dessa informação no contexto do seguro rural.”
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Partindo-se da premissa que a adoção das SPSABC aprimora a resiliência da atividade agropecuária, produtores que adotam as SPSABC poderiam ser elegíveis à diferenciação de condições de apólice, seja via política pública através do Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural (PSR), seja via seguradoras, que incorporariam essa informação no processo de precificação da apólice.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Nota técnica - Finanças verdes para a agropecuária brasileira: contribuições para a consulta pública ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.8. Programa de Cooperação Estratégica, Quadro 8, pg. 125

Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Opção INCLUIR: “Construir, no âmbito do “guia de diretrizes gerais do ABC+” sugerido para o eixo “Programa de Acesso a Crédito e Financiamentos”, um conjunto de métricas e estatísticas monitoráveis e avaliáveis de forma a buscar o alinhamento com as estratégias de monitoramento, avaliação e divulgação de resultados do próprio ABC+”.
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
O ABC+ tem como uma das ações a captação de parceiros, sejam eles nacionais ou internacionais, para a ampliação da capacidade de adoção das SPSABC. Uma das alternativas que reduzem as assimetrias de informação, facilitando a entrada de novas instituições no fomento e financiamento das SPSABC seria a construção de um “guia de diretrizes gerais do ABC+” de modo que um empreendimento a ser financiado por qualquer instituição financeira seja considerado ABC+, desde que contemple certos critérios mínimos. Um desses critérios seria o alinhamento das estratégias de avaliação e monitoramento, de modo a construir um framework mínimo do que levantar e como se deve coletar certos indicadores para que a estratégia de monitoramento e avaliação seja homogênea.
Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)
Nota Técnica - Finanças verdes para a agropecuária brasileira: contribuições para a consulta pública ABC+

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver
2.5.9 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO - QUADRO 9 – pg 129
Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Incluir na atividade 1 da ação n°1 da pg. 129 o trecho entre colchetes: “Elaborar Plano de Comunicação Estratégica do ABC+ [levando em conta as particularidades da agricultura familiar]."
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
Conforme destacado nas sugestões anteriores, a agropecuária brasileira (inclusive a familiar) é composta por produtores e estabelecimentos agropecuários com diferentes características, assim as estratégias de comunicação do ABC+ devem levar em consideração uma comunicação que atenda os diferentes públicos do ABC+, inclusive a sensibilização da sociedade. A comunicação deve contribuir para incentivar a criação de um ambiente (relação) de confiança. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que apenas 35% dos(as) produtores(as) familiares possuem DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF); significa que mais de 2,2 milhões de agricultores familiares não tinham a Declaração de Aptidão ao

PRONAF (DAP) – requisito mínimo para acessar as linhas de crédito do PRONAF – e mais de 285 mil agricultores familiares nem sabiam o que é a DAP, embora o PRONAF tenha quase três décadas.

Segundo (ver ANGELOTTI; GIONGO, 2019 na nota técnica anexa), a baixa adesão ao Plano ABC 2010-2020 foi influenciada pela falta de informação e o baixo acesso a ATER (além de suas fragilidades em termos de conteúdo e estratégia para o desenvolvimento de uma agricultura familiar de baixa emissão de carbono) na promoção de uma agricultura familiar de baixa emissão de carbono. A comunicação (técnica e em sentido amplo) se tornou uma atividade estratégica para o sucesso de qualquer política, especialmente na temática ambiental, mas ignorada, inclusive no sistema de ATER e pouco abordada no ABC+. A comunicação técnica e ampla pode contribuir para uma maior mobilização e sensibilização dos produtores familiares, inclusive da sociedade, além de ser usada como uma fonte para capacitação e assistência técnica. As tecnologias da informação, as redes sociais, a televisão e o rádio podem ser usadas para amplificar o alcance das informações das ações e estratégias do ABC+. Desse modo, o ABC+ deveria incorporar ações estratégias claras de comunicação, que considerem as particularidades dos agricultores familiares (conforme já destacado nas sugestões anteriores).

O acesso à informação é essencial para a adoção de componentes tecnológicos aos sistemas produtivos, mas entre os produtores familiares mais de 1 milhão declarou não obter informações técnicas, representando 28% do total familiar. A televisão é a principal fonte de obtenção de informações técnicas para 52% dos agricultores familiares, seguida pelo rádio (31%), reuniões técnicas e seminários (12%) e Internet (9%) (ver Tabela 11 na nota técnica anexa). Desse modo, o ABC+ deve adotar estratégias de comunicação diferenciadas para cada potencial público da suas ações e estratégicas, que levem em conta evidentemente as particularidades da agricultura familiar. Como incentivar a adesão da agricultura familiar ao ABC+ se 28% dos produtores declarou não obter informações? Como sensibilizar os produtores familiares em relação à importância da agricultura de baixa emissão de carbono diante das suas históricas fragilidades estruturais? O baixo percentual daqueles que obtêm informações via internet talvez reflita, por exemplo, os problemas de conexão na área rural (infraestrutura), que aliada a não universalização do acesso à energia

elétrica colocam enormes desafios na execução do ABC+ entre os agricultores familiares. Desse modo, a articulação do ABC+ com outras políticas públicas é essencial para o alcance dos resultados esperados, ou seja, uma agricultura de baixa emissão de carbono. O ABC+, portanto, deve incluir ações específicas para os agricultores familiares, inclusive considerando as questões regionais, para incentivar a adoção de tecnologias, sensibilização e mobilização em relação à agricultura de baixa emissão de carbono, como a melhoria da escolaridade, dos serviços de ATER, criação de redes sociais e o uso das redes sociais, canais de comunicação e de informações.

Anexos (doc, pdf, docx de até 10240 kb cada)

Ver https://publique.com/a-importancia-da-comunicacao-para-o-agronegocio/

Ver https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54546/R%20-%20E%20-%20ZENEIDE%20TAVARES%20CORREA%20PEREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Ver https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/933992/meios-de-comunicacao-utilizados-e-seus-reflexos-na-adocao-de-tecnologias-por-integrantes-da-cadeia-produtiva-de-arroz-no-mato-grosso

Item (Número e Título) + Tabela/Quadro, se houver

2.5.9 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO – pg 128

Inclusão ou exclusão
Inclusão
Texto a ser incluído ou excluído (não há limite de caracteres)
Endossar a comunicação e sensibilização para a sociedade nacional e internacional
Justificativa técnica e legal (não há limite de caracteres)
A imagem desgastada do setor e de “vilão” do meio ambiente por parte da sociedade é de conhecimento de todos os agentes da agroindústria. Os recentes episódios de queimadas e o agravamento do desmatamento ilegal endossam essa visão da sociedade. O Plano ABC+ é a resposta do setor para reverter esse quadro e pode ser melhor detalhada no plano operacional. O ABC+ resgata o papel do agro como agente responsável pela mitigação das mudanças climáticas, suas estratégias e seus resultados esperados devem ser amplamente divulgados e apresentados à imprensa não só pelo próprio ministério, mas por todos os agentes envolvidos, visando reverter a concepção da sociedade sobre o agro. Tal necessidade pode ser melhor abordada na estratégia de comunicação.